

| |
|---|
| Assembleia da República Gabinete da Presidente |
| Nº de Entrada <u>444625</u> |
| Classificação <u>12/02</u> / / |
| Data <u>10/10/2012</u> |

Por determinação de Sua Excelência
Presidente da A.R. A 11ª Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Exma. Senhora
Presidente da Assembleia da República
Dr.ª Assunção Esteves
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

| |
|--|
| ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Divisão de Apoio às Comissões |
| Nº Único <u>GAOTPL 444625</u> |
| Entrada <u>1149</u> Data <u>11/10/12</u> |

V. ref.ª:

V. comunicação:

Ref.ª:

Data: 9 de Outubro de 2012

Proc: 207/AM

Reg:

Assunto: Reorganização Administrativa Territorial Autárquica - Concelho de Reguengos de Monsaraz

Em ordem ao preceituado no n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que aprovou o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, esta Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, reunida em sessão extraordinária realizada em 13 de agosto, p.p., deliberou efetuar a seguinte pronúncia, conforme melhor consta da respetiva certidão (*apud* doc. 1):

“Ponderado, apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor dos membros José Carlos Tavares Singéis, Ana Maria Férias Paixão Duarte, Manuel André Piteira Espenica, Gracinda Rosa Canhão Calisto, Joaquim José Ramalhosa Passinhas, António Joaquim dos Lóios Paulo, Dário Alexandre Velada dos Santos, Rita Isabel Belo Medinas, Júlio Manuel Cachopas Colaço Valido, Élia de Fátima Janes Quintas, Carla Alexandra Prates Pucarinho de Carvalho, Leonel de Jesus Valadas Godinho, António José Bico Medinas, Inácio Rodrigues Gaspar, Jorge António Almeida Ramalho, Jorge Miguel Martins Berjano Nunes e Luís António Rato Fonseca e dois votos de abstenção dos membros Maria Luísa Neves Pires da Cunha e Maria Manuela Pinto Guelindim, efetuar a seguinte pronúncia sobre a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio: -----

a) A Lei n.º 22/2012, de 30 de maio veio consagrar a obrigatoriedade de reorganização administrativa do território das freguesias, deixando cair todos os pressupostos, critérios e orientações plasmados no Documento Verde da Reforma da Administração Local, na Lei n.º 11/82, de 2 de junho (anterior regime de criação e extinção de freguesias) e na Lei n.º 8/93, de 5 de março (anterior regime de criação de freguesias).--

A Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz reconhece a necessidade de uma reforma territorial autárquica que tenha como fim a prestação de melhores serviços às populações e a melhoria da sua qualidade de vida. Esse terá de ser, impreterivelmente, o fim de qualquer reforma e, por maioria de razão, o fim de qualquer reforma territorial.

A Lei n.º 22/2012 é a antítese de tudo isto, e basta ler o seu articulado, para facilmente percebermos que o seu único fim é a extinção/fusão de freguesias e consequente redução do número deste tipo de autarquias locais no nosso país.-----

Uma reorganização territorial autárquica, terá de debruçar-se, obrigatoriamente, sobre todos os tipos de autarquias locais consagradas constitucionalmente, não podendo ignorar as regiões administrativas. A Lei n.º 22/2012, de 30 de maio ignora-as em absoluto. Acresce que a reforma não pode ser um ato desgarrado de extinção de freguesias, sendo imperioso conhecer-se qual o novo quadro de competências e atribuições das autarquias locais, a nova lei das finanças locais e as soluções legislativas a consagrar na futura lei eleitoral autárquica.-----

Por tudo isto, facilmente se conclui estarmos perante uma reforma feita à pressa, sem ser estudada, e que se preocupa apenas em definir critérios matemáticos para eliminar freguesias. Por maior abertura de espírito interpretativo que esta Assembleia pudesse ter, muito dificilmente poderia ver mais algum conteúdo nesta lei aprovada pelo atual Governo.-----

Nem argumentos economicistas aqui poderiam vingar. É do conhecimento público que as 4259 freguesias portuguesas representam apenas 0,098 % no peso do Orçamento de Estado.-----

Uma reforma territorial autárquica terá de ser feita com as populações e com os autarcas. Terá de ser feita com quem vive diariamente num território e conhece os seus problemas, as suas necessidades e os seus anseios. Não podemos reformar, sentados num qualquer gabinete da capital, com um mapa sobre a mesa e de régua e esquadro na mão. Ora, todo o processo de elaboração da Lei n.º 22/2012, revelou um completo desprezo pelos contributos dados pela Associação Nacional de Municípios de Portugueses, pela Associação Nacional de Freguesias e por inúmeros municípios que se pronunciaram sobre a Proposta de Lei n.º 44/XII.-----

Uma reforma territorial autárquica não poderá limitar-se a fórmulas matemáticas e terá necessariamente de atender a outros fatores, nomeadamente à densidade

populacional, à extensão territorial, ao tipo de povoamento, aos equipamentos e serviços de que a freguesia dispõe, às distâncias e às acessibilidades entre freguesias e a sede de concelho, a razões históricas, etc.-----

Numa demonstração de total desprezo e desrespeito pela vontade das populações, a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio estatui que as assembleias de freguesia poderão apresentar pareceres, que serão considerados, apenas, quando conformes com os espartilhos consagrados na lei. Acresce, que as pronúncias das assembleias municipais só serão consideradas se respeitarem os parâmetros impostos pela Lei, caso contrário não terão qualquer relevo e a reorganização das freguesias nesse território municipal será decidido por uma Unidade Técnica a funcionar junto da Assembleia da Republica que imporá a sua vontade aos que diariamente vivem e trabalham num território. Estamos claramente, perante uma reforma imposta e não participada pelos seus destinatários e todos sabemos quais os resultados deste tipo de reformas. -----

Ignora-se, por completo, a opinião das populações e a vontade expressa pelos órgãos que legitimamente elegeram. Só ao atual Governo PSD/CDS poderá ser assacado este comportamento autoritário e antidemocrático de total desprezo pela vontade das populações. -----

A Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz não despreza, nem ignora, a vontade e a opinião dos órgãos das suas freguesias e das suas populações. Pelo contrário, respeita-as e está a seu lado neste combate pela dignidade do poder local democrático. Por isso pronunciamo-nos, tomamos posição, temos voz! -----

A aplicação da Lei começou logo com a primeira derrota do Governo PSD/CDS com os partidos da oposição, a ANMP e a ANAFRE a recusarem indicar representantes para a constituição da Unidade Técnica. -----

Nestes termos, considera a Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz que a aplicação da reorganização territorial autárquica nos termos impostos pela Lei n.º 22/2012, de 30 de maio terá consequências nefastas para o concelho de Reguengos de Monsaraz, nomeadamente: -----

- i) Irá acentuar as assimetrias, a perda de coesão territorial, a desertificação das pequenas localidades, o isolamento das populações e o seu afastamento dos poderes públicos, dos centros de decisão e da participação democrática e cívica; -----*
- ii) Irá colocar em risco serviços públicos que atualmente são prestados nas freguesias*



rurais;-----

- iii) Irá colocar em risco a estratégia de desenvolvimento local e política de investimentos levada a cabo pelo executivo municipal nas freguesias rurais com vista à criação de condições para a fixação das populações;-----
- iv) Irá dar uma machadada nas ações de desenvolvimento dos territórios das freguesias levadas a cabo pelos seus órgãos;-----
- v) Vai cercear populações, nomeadamente populações idosas, de serviços de proximidade que as freguesias e os seus eleitos prestam diariamente e que estão muitos deles, para além das competências que lhe estão atribuídas;-----
- vi) Irá colocar em causa serviços básicos atualmente prestados às populações em áreas que vão da educação, ao apoio social, ao combate ao desemprego, passando pela cultura e o desporto;-----
- vii) Irá fragilizar o poder local democrático ao reduzir o número de eleitos locais que mais próximo estão das populações;-----
- viii) Irá criar territórios sem identidade em relação aos quais as populações não terão qualquer sentimento de pertença. Recorde-se que a organização territorial das freguesias no concelho de Reguengos de Monsaraz tem quase 25 anos, estabilizando com a criação da freguesia de Campinho, o que é bem revelador da adequação da atual organização territorial das freguesias do concelho;-----
- ix) Irá significar um acréscimo de custos para as populações, nomeadamente com deslocações;-----
- x) Irá afetar a qualidade e operacionalidade da gestão pública e deteriorar os serviços atualmente prestados às populações. -----

Considerando o supra exposto, as deliberações tomadas pelos órgãos municipais aquando da discussão da Proposta de Lei n.º 44/XII, os pareceres emitidos pelas Assembleias de Freguesia e o parecer emitido pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária do passado dia 8 de Agosto, a Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz delibera, nos termos do artigo 11º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio:-----

- i) Pronunciar-se favoravelmente à manutenção das atuais cinco freguesias que integram o território do concelho de Reguengos de Monsaraz, respeitando a vontade das populações expressa nas deliberações das Assembleias de Freguesia, órgãos que

legitimamente elegeram, e que cujas sessões contaram com grande participação popular; -----

- ii) Repudiar qualquer extinção, fusão ou agregação de freguesias rurais no concelho de Reguengos de Monsaraz; -----*
- iii) Realizar todos os esforços para que a flexibilidade de pronúncia da assembleia municipal prevista no artigo 7º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio seja estendida a todos os municípios, acolhendo-se as pronúncias dos órgãos deliberativos que, devidamente fundamentadas, concluam pela não aplicabilidade dos critérios do artigo 6º à realidade do seu concelho, sob pena de se tal não acontecer ser posto em causa o princípio constitucional da igualdade; -----*
- iv) Promover todos os esforços para que sejam assegurados os princípios constitucionais do “estado de direito democrático” e do “estado unitário”, segundo os quais a “República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa” e “o Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública”; -----*
- v) Promover todos os esforços para que o Estado não comprometa a realização das suas tarefas fundamentais de promoção da participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais, de promoção do bem-estar e da qualidade de vida do povo, da igualdade real entre os portugueses e de promoção do desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional;-----*
- vi) Tomar como sua pronúncia o parecer emitido pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz na sua reunião de 8 de agosto de 2012. -----*

b) Remeter a presente pronúncia à senhora Presidente da Assembleia da Republica; aos Grupos Parlamentares na Assembleia da Republica; ao senhor Presidente da Republica; ao senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares; ao senhor Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa; à Associação Nacional de Municípios Portugueses; à Associação Nacional de Freguesias; às Assembleias de



Freguesia de Campinho, Campo, Corval, Monsaraz e Reguengos de Monsaraz; às Juntas de Freguesia Campinho, Campo, Corval, Monsaraz e Reguengos de Monsaraz; e aos órgãos de Comunicação Social, local, regional e nacional. ----- ”

No termos do n.º 5 do citado artigo 11.º do diploma legal em apreço, informa-se V. Exa. do seguinte:

- A freguesia situada em lugar urbano, nos termos da vertente lei é a de Reguengos de Monsaraz, com sede nesta mesma cidade e ainda constituída pelas povoações de Caridade e Perolivas/Gafanhoeiras;
- O concelho de Reguengos de Monsaraz divide-se administrativamente por cinco (5) freguesias;
- As freguesias que constituem o concelho de Reguengos de Monsaraz são as seguintes:

| Concelho | Freguesias | Aglomerados | Área Km ² | População Residente | Densidade Populacional Hab./Km ² |
|-----------------------|-----------------------|--|----------------------|---------------------|---|
| Reguengos de Monsaraz | Campinho | Campinho | 54,69 | 712 | 23,38 |
| | Campo | São Marcos do Campo e Cumeada | 125,11 | 688 | |
| | Corval | São Pedro do Corval, Carrapatelo e Santo António do Baldio | 98,16 | 1.391 | |
| | Monsaraz | Monsaraz, Barrada, Motrinos, Outeiro e Telheiro/Ferragudo | 88,25 | 781 | |
| | Reguengos de Monsaraz | Reguengos de Monsaraz, Caridade e Perolivas/ Gafanhoeiras | 101,55 | 7.364 | |
| | Total | | 467,75 | 10.936 | |

- A delimitação dos limites territoriais de cada uma das freguesias do concelho de Reguengos de Monsaraz (Campinho, Campo, Corval, Monsaraz e Reguengos de Monsaraz) é constante da cartografia que se anexa (*apud* doc. 2 a 7). Para cada uma das freguesias descreve-se uma breve nota justificativa das suas origens e características:

Assim:

- Freguesia de Campinho**

“Instituída por Decreto de 23 de Maio de 1988 que a desanexou da Freguesia de Campo, a freguesia de Campinho ocupa cerca de 54,69 Km² do território do concelho e apenas engloba na sua jurisdição a povoação de Campinho. A origem etimológica desta freguesia está, de certa forma, relacionada com a sua fisionomia geográfica. À semelhança da freguesia de Campo, da qual Campinho sob a antiga designação de Aldeia de Campinho, se constituiu, em tempos remotos, como simples lugar, esta freguesia revela geograficamente a sua feição

agrícola, onde predomina a grande propriedade rural. O seu traçado histórico remonta ao período Neolítico e manteve, ao longo dos séculos seguintes, uma dependência administrativa e económica enquanto “reguengo” da vila de Monsaraz.

Em Campinho algumas investigações arqueológicas puderam apurar essa fixação populacional precoce, testemunhada através de descobertas de vários artefactos, dos quais salientamos os monumentos megalíticos da Herdade das Areias, no sítio denominado Cebolinho. Pela freguesia terão passado também os árabes, ficando em memória alguns testemunhos que, pelo menos, a toponímia não deixou apagar, podendo citar-se, a título de exemplo, o nome de Albardeiros, que identifica uma herdade situada na atual área geográfica da freguesia.

Como aldeia, pertenceu à Comenda de São Marcos do Campo, da Ordem de Cristo, cujo pároco era de instituição bragantina. A sua paróquia, à qual na Idade Média ainda não se faz referência, deveria ser, no entanto, muito importante nos princípios do século XVII, dado registar um elevado rendimento anual. Nesse mesmo século, em território da freguesia, foi fundada a ermida de Santo Amador, obra financiada pelo benemérito lavrador Francisco Nunes Balancho, dando, desta forma, resposta às prementes necessidades de culto que o crescente número de habitantes da Aldeia de Campinho vinha exigindo.

Outros dados:

Orago: Nossa Senhora das Dores

População: 712 habitantes

Atividades económicas: agricultura, pecuária, comércio e serviços

Festas e romarias: Nossa Senhora das Dores (1º fim de semana de Agosto)

Património cultural e edificado: Igreja Matriz, Ermida de Santo Amador e monumentos megalíticos.”

- **Freguesia de Campo**

“Com uma área de 125,11 km², a freguesia de Campo encontra-se situada na parte sul do concelho e tem limite geográfico com o concelho de Portel. É constituída pela sede de freguesia, São Marcos do Campo e pela aldeia de Cumeada. Grande parte da toponímia desta freguesia está relacionada com fatores geográficos; se Campo tem significado óbvio, e indica uma fisionomia territorial que ainda hoje não está muito distante, Cumeada está relacionada com uma elevação - um cume - que terá servido para dar nome à aldeia. Também aqui as denominações de origem árabe são uma constante, como o topónimo Alcarias.

O povoamento deste território remonta certamente a épocas pré-históricas, fato comum à

maioria do território do concelho de Reguengos de Monsaraz. Sabemos que, muito perto de São Marcos do Campo, fica a antiga praça de Monte Saraz, povoação que remonta ao período romano, cujos habitantes não se limitaram às suas fronteiras geográficas e tenham demandando nas redondezas à procura de novos locais de ocupação.

A nível eclesiástico, São Marcos do Campo foi comenda da Ordem de Cristo e tinha de rendimento anual, nos inícios do século XVII, oitenta mil réis, quantia deveras significativa que indica alguma importância desta paróquia no âmbito dos rendimentos da casa bragantina. O seu orago, São Marcos, revela, por outro lado, uma origem paroquial tardia. Assim sendo, a freguesia, instituída como tal, não devia ter existido durante a Idade Média. No seio da paróquia, existiam em 1758 cinco irmandades por ela administradas de acordo com as Memórias Paroquiais realizadas nesse mesmo ano: São Marcos, Santíssimo Sacramento, Santo António, Almas Santas e Nossa Senhora do Rosários, todas elas de apresentação metropolitana.

Em termos de património edificado, alguns monumentos em São Marcos do Campo merecem destaque: a igreja matriz, o cruzeiro, o palácio Roncão d'El Rei, a ermida de Nossa Senhora da Conceição e a igreja paroquial de Cumeada. A igreja paroquial, dedicada a São Marcos, é, por ventura, o elemento de maior interesse histórico e artístico. Foi fundada em data incerta, mas já existia em 1534, segundo uma visitação episcopal realizada nesse ano por ordem do bispo-infante D. Afonso. O local pertencia a Maria Afonso, filha de Afonso Pires de Arganil. Pouco resta, no entanto, desse templo primitivo, embora os historiadores admitam que era uma igreja simples, humilde e rústica. Era também mais pequena, já que a construção do alpendre, no século XVIII, aumentou-lhe consideravelmente a nave.

Ainda uma referência para o palácio de Roncão d'El Rei situado numa propriedade que tem atualmente interesse do ponto de vista histórico e turístico. Como o próprio nome indica, era uma herdade que pertencia à coroa portuguesa desde o povoamento cristão do território concelhio e foi, por diversas vezes, local de permanência real.

Outros dados:

Orago: São Marcos

População: 688 habitantes

Atividades económicas: agricultura, pecuária, comércio e serviços

Festas e romarias: São Marcos (25 de Abril), Nossa Senhora do Rosário (2º fim de semana de Agosto) e Nossa Senhora da Conceição (3º fim de semana de Setembro).

Património cultural e edificado: Igreja matriz de São Marcos, Cruzeiro, Palácio Roncão d'El Rei e Igreja Paroquial de Cumeada."

- **Freguesia de Corval**

“A cerca de 5 km encontra-se a freguesia de Corval, ocupando uma área de 98,16 km². É formada pelos aglomerados de São Pedro do Corval, Santo António do Baldio e Carrapatelo. O nome da freguesia está relacionado com um animal - a corva - que abundava nesta região. Vestígio dos tempos remotos em Corval e, simultaneamente, monumento de interesse turístico e patrimonial, é a chamada “Rocha dos Namorados”. Tem mais de dois metros de altura e o “chapéu” sempre rodeado por pequenas pedras, encontra-se ligado a rituais de fecundidade e fertilidade. Os povos primitivos, que o construíram, tentavam dessa forma apelar aos deuses para que as mulheres da sua comunidade nunca perdessem a fertilidade. Os cristãos acabariam por cristianizá-lo com a colocação de uma grande cruz latina em alto-relevo. Em redor deste menir, surgiram desde cedo diversos costumes populares. Atualmente as raparigas solteiras da freguesia, e mesmo das redondezas, ali vão todas as segundas-feiras de Páscoa para lançar uma pedra para cima do menir de modo a saberem quando vão casar. Um rito pagão de fertilidade que se vai mantendo através das gerações ...

Em termos eclesiásticos, era um curato de apresentação do arcebispado de Évora. O cura tinha de rendimento anual quatro moios de trigo e um de cevada, longe, portanto, das curas de Campinho e de São Marcos do Campo, bem mais importantes em termos de rendimentos eclesiásticos. A freguesia teve aprovadas oficialmente as irmandades do Rosário e das Almas Santas e ainda as confrarias do Nome de Deus, Senhora da Conceição, São Bento e Santo António.

As primeiras referências acerca de São Pedro do Corval datam do princípio do século XVII, com a designação de Aldeia do Mato. Era um pequeno núcleo que se situava a poucos quilómetros de Monsaraz, então a principal povoação do atual concelho de Reguengos de Monsaraz. É também de crer que o estabelecimento deste pequeno núcleo esteja relacionado com a riqueza dos solos em argila. Mais tarde, no século XIX, e com a passagem de sede de concelho de Monsaraz para Reguengos de Monsaraz, a importância relativa da Aldeia do Mato cresceu com a valorização do eixo rodoviário entre as duas povoações, importância documentada com um crescimento populacional que só irá estagnar a partir de 1911. Por último, referir que o antigo nome - Aldeia do Mato - foi alterado em 1948 (por decreto de 17 de Setembro) para a atual designação de São Pedro do Corval.

Relativamente à evolução histórica das olarias em São Pedro do Corval e de acordo com algumas fontes, o artesanato do barro era já uma atividade bastante desenvolvida nesta região nos inícios de seiscentos como consta de uma talha encontrada e datada de 1614 e inscrita com uma curiosa sigla: “Aldeia do Mato” (antiga designação de São Pedro do Corval). Este tipo de produto era bastante comum em séculos anteriores, servindo, entre outras coisas, para o armazenamento de produtos agrícolas.



No século seguinte, mais concretamente em 1761, uma postura do município de Monsaraz regulamentava acerca da atividade dos oleiros.

No Anuário Comercial de 1905 encontramos as mais sólidas referências acerca das olarias de São Pedro do Corval. Assim, apresentava a Aldeia do Mato como um dos centros oleiros mais importantes da região, estando nele registadas trinta olarias e cinquenta e três oleiros, o que para uma pequena povoação era já um facto significativo da sua importância. Ainda segundo este Anuário Comercial, uma das principais causas do estabelecimento de olarias nesta região prendia-se com a existência de terrenos ricos em argila de boa qualidade.

Outros dados:

Orago: São Pedro

População: 1391 habitantes

Atividades económicas: agricultura, pecuária, indústria da cerâmica, comércio e serviços

Festas e romarias: Nossa Senhora do Rosário (último fim de semana de Agosto), Santo Ildefonso (último fim de semana de janeiro) e Santo Isidoro (último fim de semana de Maio)

Património cultural e edificado: Igreja matriz de São Pedro, Ermida de Nossa Senhora do Rosário, Ermida de Santo Ildefonso, Rocha dos Namorados, Igreja de Santo António do Baldio e Igreja de Carrapatelo.”

- **Freguesia de Monsaraz**

“A 17 km da sede de concelho, na margem direita do rio Guadiana e do maior lago artificial da Europa - Alqueva, a vila de Monsaraz já foi o mais importante povoamento do concelho, sendo sua sede administrativa até meados do século XIX. As suas funções de praça-forte fronteiriça sempre lhe garantiram lugar de destaque ao longo dos séculos da monarquia e dos muitos conflitos armados com Castela. O seu povoamento ascende a épocas remotas. As ocupações pré-históricas do território deixaram inúmeros vestígios importantíssimos para a história desta região. O núcleo do Olival da Pega, o cromeleque do Xerez e os menires da Bulhoa e do Outeiro são fundamentais para a compreensão do modo de vida das primeiras ocupações humanas em Monsaraz. De igual modo, os períodos romano e visigótico também estão ricamente documentados no território da atual freguesia. Infelizmente, a ocupação islâmica encontra-se parcamente documentada, pese embora os cinco séculos em que a cultura árabe esteve presente na Península Ibérica. Monsaraz foi definitivamente reconquistado no século XIII por D. Sancho II, auxiliado pelos cavaleiros templários, fazendo a sua doação à Ordem do Templo, que ficou encarregada da sua defesa e repovoamento. Mas o repovoamento cristão da vila só viria a ocorrer no tempo de D. Afonso III e é obra do



cavaleiro Martim Anes, figura de confiança do rei, a quem competia também o prosseguimento da cruzada contra os escassos núcleos de resistência árabe e dotar o burgo das instituições administrativas, judiciais e militares descritas no foral de 1276. A salientar a importância que Monsaraz tinha para a coroa, a existência de um quadro administrativo e judicial completo, onde constava o alcaide, o alvazil, o mordomo, o tabelião, o almotacé e o sesmeiro. Em 1319, Monsaraz é erigida à comenda da Ordem de Cristo, recém-fundada em Portugal, e fica na dependência de Castro Marim. É nesta altura que começa a ser construído o edifício gótico do primitivo tribunal, como consequência do desenvolvimento que Monsaraz conheceu nos anos imediatos ao seu repovoamento. Nos finais do século seguinte, este edifício viria a ser decorado a fresco com o famoso painel alegórico à justiça terrena. Em 1381, durante as desastrosas guerras de D. Fernando, uma força inglesa tomou de assalto e saqueou a vila, que, quatro anos depois, voltou a ser invadida pelas tropas do rei castelhano D. João. Foi resgatada, mais tarde, por D. Nuno Álvares Pereira. Em 1422, por doação do condestável D. Nuno Álvares Pereira ao seu neto D. Fernando, Monsaraz é integrada na Sereníssima Casa de Bragança, e, passa a constituir, em matéria de tributação fiscal, um dos mais preciosos e fartos vínculos da grande casa ducal portuguesa. No princípio do século XVI, Monsaraz é visitada pelo escudeiro de D. Manuel, Duarte Darmas, encarregado de desenhar as vistas panorâmicas e as plantas das fortalezas fronteiriças do reino. Num dos desenhos à pena, podem ver-se a janela já mutilada da torre de menagem dionisina, o perfil do outeiro de São Gens, ainda sem a coroa da atalaia seiscentista e, no Arrabalde, a Igreja de São Bartolomeu. Em 1512, D. Manuel manda reformar o foral de Monsaraz e regula a vida pública do concelho e da vila por diploma jurídico, e a confraria da Misericórdia de Monsaraz fica definitivamente instituída na Matriz de Santa Maria da Lagoa. A grave crise demográfica de 1527, causada pela peste que alastrava em Portugal, faz com que, por ordem do duque de Bragança, e como medida de fixação populacional, se esboce uma modesta reforma agrária, que se traduziu no parcelamento das terras comunais concelhias. A paisagem do minifúndio nos arredores de Monsaraz resulta ainda da partilha quinhentista das terras. Em 1585, na sequência de uma grave crise cerealífera, cria-se o celeiro comum, para uma distribuição mais justa dos cereais pelos trabalhadores mais pobres e dependia diretamente do celeiro de Évora, o primeiro a ser criado em Portugal em 1576. A vila recebeu, após a Restauração de 1640, importantes acréscimos táticos, com o levantamento de uma nova cintura abaluartada, que tornou a vila numa poderosa “cidadela inexpugnável”. A sua posição de vila medieval acastelada, o impetuoso crescimento das aldeias de Reguengos, situadas numa planície de fácil acesso e enriquecida pelo esforço dos moradores, a riqueza das atividades artesanais e vinícolas, juntamente com a fidelidade da população de Monsaraz aos ideais miguelistas, derrotado na guerra civil (1828-1834), faz com que a transferência da sede de concelho se faça de Monsaraz para Reguengos de Monsaraz em 1838. Progressivamente foram para Reguengos as pessoas, as infraestruturas e as atividades económicas principais. Pinho

Leal em “Portugal Antigo e Moderno”, explica a perda de importância desta antiga praça militar em benefício da nova vila de Reguengos: “Foi esta povoação crescendo à custa da vila e praça de guerra de Monsaraz, pois que, estando esta construída em uma áspera iminência, própria para uma fortaleza, não o era para as outras comodidades da vida; e a aldeia de Reguengos, em pouco tempo excedeu em importância a antiga vila de Monsaraz, e isto foi a causa da antipatia que por muitos anos existiu entre as duas povoações.” Apesar do declínio político e económico, a Freguesia de Monsaraz continua a ter no seu termo os mais importantes elementos patrimoniais de todo o concelho. O castelo, a alcáçova e as muralhas, pela sua simbologia histórica, são merecedores de primeira referência. Outros edifícios como a Igreja Matriz, a Misericórdia, os Paços da Audiência com o Fresco do Bom e Mau Juiz (atualmente Museu do Fresco) justificam largamente o conceito de vila museu aberto. A Freguesia de Monsaraz baseia a sua economia no sector primário e ainda no turismo / hotelaria.

Outros dados:

Orago: Santa Maria da Lagoa

População: 781 habitantes

Atividades económicas: agricultura, pecuária, turismo, comércio e serviços

Festas e romarias: Monsaraz Museu Aberto, Senhor dos Passos (2º fim de semana de Setembro), Nossa Senhora do Carmo (3º fim de semana de Setembro), Nossa Senhora da Orada (último fim de semana de Setembro), Nossa Senhora da Conceição (7 e 8 de Setembro) e São Sebastião (último fim-de-semana de agosto).

Património cultural e edificado: Castelo, antigos Paços da Audiência, Museu do Fresco, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Lagoa, Igreja da Misericórdia, Cisterna medieval, Igreja de Santiago, Ermida de Santa Catarina, Cuba de São João Batista, Ermida de São Bento, Capela de São José, Convento da Orada, Casa da Inquisição, Torre do Relógio, Pelourinho, Antas do Olival da Pega, Menires da Bulhoa e do Outeiro e Cromeleque do Xerez.”

- **Freguesia de Reguengos de Monsaraz**

“Existem, neste momento, consistentes e fundamentados motivos para se admitir que o núcleo demográfico reguenguense do tipo rural seja mais antigo do que os historiadores clássicos o têm suposto. Após a conclusão da Reconquista, D. Afonso III ordenou o repovoamento da vila de Monsaraz e a partilha das terras. Nesta partilha, o rei, por força do Direito Real da Conquista, reservou para si a posse das terras mais férteis - os “reguengos”. Com efeito, no ano de 1932, o Eco de Reguengos fazia referência a esta antiguidade: “ (...) A

povoação é muito antiga. Diz-se que foi cidade romana com o nome de Ourégia ou Turégia”. No século XVII, voltamos a ter novamente notícias acerca de Reguengos. Segundo a mesma fonte, em 1680, existia, a cerca de 12 km de Monsaraz, “num sítio solitário”, uma ermida dedicada a Santo António. “A beleza do lugar foi pouco a pouco, desde o citado ano de 1680 atraindo algumas famílias que foram construindo casas em torno da ermida, e tanto foi crescendo a povoação, que o povo requereu, e obteve que a aldeia fosse elevada à categoria de paróquia (nascia a freguesia de Santo António de Reguengos), quando o lugar já era composto de 280 fogos”. Portanto, em 1752, por despacho metropolitano de Frei Miguel de Távora, este recém núcleo demográfico foi desmembrado da freguesia de Nossa Senhora da Caridade e foi constituído curado com sede na Ermida de Santo António. Este aglomerado de casas deu assim origem à primeira aldeia de Reguengos. A Ermida de Santo António ficou servindo de igreja matriz, sofrendo, por isso, grandes alterações, nomeadamente, no alargamento da sacristia, cabeceira e nave. Apesar destas obras de ampliação, nos dias de festividades religiosas, quando os fiéis acorriam em multidão à igreja, muitos deles não alcançavam um lugar no interior da ermida. Os mais ricos e privilegiados asseguravam os seus lugares ordenando aos seus criados e escravos que esperassem à porta do templo e os ocupassem logo que as portas se abrissem. Para dar solução às graves implicações sociais e culturais (nos dias de chuva intensa, as disputas por um lugar no interior do templo, levavam a graves desordens entre os fiéis que acabavam cá fora a bater-se em rixas sangrentas), resultantes da falta de espaço da pequena ermida, gerou-se nas aldeias de Reguengos uma forte e consistente corrente de opinião pública favorável à edificação de um novo templo mais amplo. Logo em 1785, os moradores das aldeias enviaram uma petição à rainha D. Maria I para que ordenasse a construção de uma nova igreja. Esta petição acabou por ser recusada, pois seria suficiente, segundo a opinião do desembargador José Peixoto de Brito Mexia (a pedido da rainha), a ampliação da capela-mor e da nave. Mais tarde, a expansão urbanística da aldeia de Reguengos desdobrou-se em duas povoações - Reguengos de Baixo, que se desenvolveu em torno da referida ermida, com uma estrutura urbana bastante irregular, dominada pela implantação de grandes casas apalaçadas pertencentes à classe dominante da região, e Reguengos de Cima, mais pobre, que cresce, segundo a tradição, à volta de uma pequena capela. As aldeias dos Reguengos sofreram, depois, um impulso demográfico e urbanístico que parece estar relacionado com as suas privilegiadas disposições pastoris e ainda por motivo da instalação de uma pequena fábrica de lanifícios, onde se produziam mantas, saragoças, panos e chapéus. No clima bélico que se vivia em Portugal nos fins do século XVIII e princípios do século XIX, a atração demográfica por estas terras empolgou, não apenas pastores da Sereníssima Casa de Bragança, mas também outras “gentes” que aqui se vieram estabelecer definitivamente. Entre essas “gentes”, parecem ter vindo homens especializados nos ofícios da cardação e tecelagem das lãs merinas, facto que impulsionou o já rico negócio dos lanifícios. Mas o explosivo salto demográfico e económico das aldeias dos



Reguengos não se deveu apenas à intensa laboração da fábrica de lanifícios. O parcelamento das terras nos arredores das aldeias e a sua distribuição pelos antigos foreiros da Casa de Bragança, constituíram também um facto importante no progresso destas aldeias. Com este parcelamento surgiram novas estruturas agrárias, nomeadamente a grande lavra da vinha, que estará na base do esplendor de Reguengos nos fins do século XIX. Em 1838, através da Carta de Lei de 17 de Abril, a rainha D. Maria II eleva a então já Vila Nova de Reguengos a sede de concelho. Nesta mesma Carta de Lei, era sublinhado que o atual concelho seria incorporado na Comarca de Évora. Mais tarde, por decreto, datado de 25 de Abril de 1840, a rainha confirma tal privilégio e atribui o primeiro foral de vila, “por serviços prestados à causa de liberdade” (de lembrar que Monsaraz, durante a Guerra Civil entre absolutistas e liberais, tomou partido da causa absolutista liderada por D. Miguel, que perdeu o conflito). Com esta “conquista política”, elevada a centro municipal e contemplada com um novo estatuto jurídico, autónomo do arcaico foral de Monsaraz, esta jovem vila tem de prover à instalação dos seus serviços públicos num edifício de ocasião - a chamada Casa Gião - um edifício apalaçado de uma das figuras de proa da vida social e económica de Reguengos. A sede de concelho iria ainda mudar para Monsaraz várias vezes, até que em 1852, por decreto de 25 de Setembro, se fixa definitivamente em Reguengos de Monsaraz. Pouco tempo depois, a 30 de Setembro, procedeu-se à eleição autárquica para o biénio 1852-1853. Foram eleitos Manoel Augusto Mendes Papança, José Gonçalves Vogado, Alexandre Lopes Correia, António Marques de Figueiredo e Domingos Godinho. Manoel Papança (1818-1886), por ter sido, nesta eleição, o mais votado, foi, de acordo com a Lei em vigor, escolhido para Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz. Em 1859, a Câmara Municipal de Reguengos lança entre a sua população uma derrama (imposto) especial da importância de 1 conto de réis, destinada a ser aplicada em obras de interesse público, muito especialmente nas obras de edificação dos novos Paços do Concelho, que 10 anos depois foram solenemente inaugurados. Ao longo de todo o século XIX, assistiu-se a uma importante expansão urbanística planeada, sobretudo a partir de meados da centúria. Esta operação urbanística consistiu em delinear uma malha de ruas compridas, cruzadas por outras transversais que, na continuidade do burgo existente, adaptou os antigos caminhos, prolongou quarteirões e ruas, dotando Reguengos de Monsaraz de um novo centro. Com efeito, o principal centro da vila deslocou-se da antiga Praça de Santo António para a nova Praça da Liberdade, acompanhando desta forma os novos Paços do Concelho. E seria justamente nesta nova Praça que se iria construir a nova igreja, cujo projeto de António José Dias da Silva (o mesmo arquiteto que planeara a planta da Praça de Touros do Campo Pequeno em Lisboa) data de 1887. Mas a edilidade de Manoel Papança não se ficou somente pela construção dos novos Paços do Concelho; ordenou a construção de uma série de novos equipamentos indispensáveis para o regular funcionamento da já grande vila de Reguengos de Monsaraz. Ainda durante o seu último mandato, mandou edificar o novo Hospital (1871), novos poços em vários pontos da

vila, o Matadouro Municipal (1871), o Cemitério (1866) e mandou calcetar as ruas (1871). Tal surto urbano foi suportado pelo desenvolvimento agrícola e pela instalação das indústrias de panos, de vitivinicultura e de olivicultura. Esta expansão do final do século XIX contribuiu ainda para unificar os dois núcleos iniciais, embora Reguengos de Cima se tenha desenvolvido menos. Característico da mudança do século, é o aparecimento de unidades industriais, como as moagens e a nova central elétrica (1904), que se adaptaram aos antigos edifícios abandonados. A acompanhar este surto industrial, aparece neste início de século, a estação de caminho-de-ferro, que iria revolucionar os transportes de pessoas e de mercadorias e, principalmente, alargar o núcleo da vila com uma artéria de ligação que pouco a pouco era rodeada de casas de habitação. É, neste contexto de modernidade e inovação criativa que se desenvolve a vida quotidiana da nova vila. Os cafés e locais de encontro público são, sem dúvida, espaço de discussão, entretenimento e tertúlia. O café Central, entretanto também redesenhado pelo arquiteto da nova igreja, detém papel importante na vida social e noturna das personagens que constituem esta sociedade de progresso e cultura. Os clubes recreativos de sociedade, em voga por toda a Europa Romântica, também marcam o quotidiano da vila de Reguengos. O Reguengos Clube, refundado a partir do Grémio Recreativo e do Clube Reguenguense, vê os seus estatutos aprovados e instala-se num prédio que Serafim Brás Simões construiu na Rua Conde de Monsaraz no dia 1 de Abril de 1914. Em 1934, um jornalista, António Augusto Santos, numa nota de viagem intitulada Reguengos visto por mim (jornal O Eco de Reguengos), descreve a vila de Reguengos de Monsaraz: "(...) Começa a divisar-se Reguengos! Adivinha-se logo pela imponência gótica da sua Notre Dame, dominando a planície na majestosa elegância do predomínio absoluto de linhas verticais sobre horizontais (...) Começamos pela sua Notre Dame, o seu templo de Santo António. Motivos góticos, abóbadas em cruzamento formadas por nervos, decoração rica - a Basílica de Évora em miniatura, uma miniatura airosa, cheia de enlevo, de cor e de luz! Na Praça da Liberdade, dois objectivos me agrilhoam a atenção: o busto do Sr. Papança e a conjugação dum substantivo e seu adjectivo tornados próprios para uma firma comercial: - Rosa & Rosado - o Chiado, o Louvre da terra. O Palácio Rojão - estruturado a pedra morena - surpreende-me, ao contrastar com a casita humilde onde nasceu o Conde de Monsaraz - autor da Musa Alentejana - alva como uma noite de Janeiro e quedo-me silencioso no tributo simplório devido ao seu nome, à sua obra e à sua glória, justificado orgulho dos seus conterrâneos e admiradores aos quais também eu pertença (...) Segue-se a Sociedade Artística, onde uma decepção me aguarda (...) Retrocedemos e vamos ao cinema, não admirar Greta Garbo num Romance Sentimental (...) vamos somente admirar a sala de espectáculos, o S. Luís Cine dos reguenguenses. Por último o Hospital, a casa de saúde dessa gente tão alentejana, tão bondosa, tão hospitaleira... Linhas características, nevadas, higiénicas, um dos melhores da província, onde a assistência não é desmentida pelos seus doentes (...)”

**Outros dados:**

Orago: Santo António

População: 7364 habitantes

Atividades económicas: agricultura, pecuária, lanifícios, comércio e serviços

Festas e romarias: Festas de Santo António (junho)

Património cultural e edificado: Igreja matriz de Reguengos, Torre do Esporão e Ermida do Esporão, Igreja da Caridade e Igreja das Perolivas."

e) A sede de cada uma das cinco (5) freguesias é a seguinte:

| Freguesia | Sede |
|-----------------------|-----------------------|
| Campinho | Campinho |
| Campo | São Marcos do Campo |
| Corval | São Pedro do Corval |
| Monsaraz | Monsaraz |
| Reguengos de Monsaraz | Reguengos de Monsaraz |

f) Nestes termos considera a Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz que a aplicação da reorganização territorial autárquica nos termos impostos pela Lei n.º 22/2012, de 30 de maio terá consequências nefastas para o concelho de Reguengos de Monsaraz, nomeadamente:

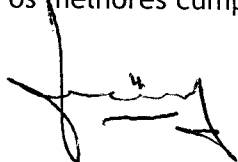
- Irá acentuar as assimetrias, a perda de coesão territorial, a desertificação das pequenas localidades, o isolamento das populações e o seu afastamento dos poderes públicos, dos centros de decisão e da participação democrática e cívica;
- Irá colocar em risco serviços públicos que atualmente são prestados nas freguesias rurais;
- Irá colocar em risco a estratégia de desenvolvimento local e política de investimentos levada a cabo pelo executivo municipal nas freguesias rurais com vista à criação de condições para a fixação das populações;
- Irá dar uma machadada nas ações de desenvolvimento dos territórios das freguesias levadas a cabo pelos seus órgãos;
- Vai cercear populações, nomeadamente populações idosas, de serviços de proximidade

que as freguesias e os seus eleitos prestam diariamente e que estão muitos deles, para além das competências que lhe estão atribuídas;

- Irá colocar em causa serviços básicos atualmente prestados às populações em áreas que vão da educação, ao apoio social, ao combate ao desemprego, passando pela cultura e o desporto;
- Irá fragilizar o poder local democrático ao reduzir o número de eleitos locais que mais próximo estão das populações;
- Irá criar territórios sem identidade em relação aos quais as populações não terão qualquer sentimento de pertença. Recorde-se que a organização territorial das freguesias no concelho de Reguengos de Monsaraz tem quase 25 anos, estabilizando com a criação da freguesia de Campinho, o que é bem revelador da adequação da atual organização territorial das freguesias do concelho;
- Irá significar um acréscimo de custos para as populações, nomeadamente com deslocações;
- Irá afetar a qualidade e operacionalidade da gestão pública e deteriorar os serviços atualmente prestados às populações.

Para os efeitos previstos no art.º 12.º do diploma legal em apreço junto envio os pareceres emitidos pelas Assembleias de Freguesia, designadamente a Assembleia de Freguesia de Campinho (sessão extraordinária de 20 de julho de 2012), a Assembleia de Freguesia de Campo (sessão extraordinária de 15 de julho de 2012), a Assembleia de Freguesia de Corval (sessão extraordinária de 21 de julho de 2012), a Assembleia de Freguesia de Monsaraz (sessão extraordinária de 10 de julho de 2012) e a Assembleia de Freguesia de Reguengos de Monsaraz (sessão extraordinária de 31 de julho de 2012) (*apud* doc. 8 a 12).

Com os melhores cumprimentos,



José Carlos Tavares Singéis
Presidente da Assembleia Municipal

JPG/DG



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

Doc. 1

CERTIDÃO

----- João Manuel Paias Gaspar, Chefe de Gabinete da Presidência, na qualidade de funcionário designado para lavrar as atas da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, conforme Despacho n.º 14/GP/2009, de 2 de dezembro, do Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- CERTIFICA que do respetivo livro de atas da Assembleia Municipal consta uma deliberação aprovada em Sessão Extraordinária realizada no dia 13 de agosto de 2012, do seguinte teor: -----

Pronúncia sobre a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, nos termos do artigo 11.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que aprovou o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Carlos Tavares Singéis, fez presente uma certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária realizada no dia oito de Agosto, corrente, atinente à pronúncia sobre a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, nos termos do artigo 11.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que aprovou o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, e cujo teor ora se transcreve: -----

“CERTIDÃO

----- João Manuel Paias Gaspar, Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de Secretário, desta Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz: -----

----- CERTIFICA que do respetivo livro de atas da Câmara Municipal consta uma deliberação aprovada em reunião Ordinária realizada no dia 8 de agosto de 2012, do seguinte teor: -----

Parecer Sobre a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, nos Termos do Artigo 11º da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, que aprovou o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, deu conta da Proposta n.º 96/GP/2012, por si firmada em 3 de agosto, p.p., referente à emissão de parecer sobre a reorganização administrativa do território das freguesias, nos termos do artigo 11º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que aprovou o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica; proposta ora transcrita:---



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

"GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROPOSTA N.º 96/GP/2012

**PARECER SOBRE A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS
FREGUESIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 11º DA LEI N.º 22/2012, DE 30 DE MAIO, QUE
APROVOU O REGIME JURÍDICO DA REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
TERRITORIAL AUTÁRQUICA**

I – ENQUADRAMENTO LEGAL

A Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, publicada no Diário da República, 1ª Série, n.º 105, veio consagrar os objetivos, os princípios e os parâmetros da reorganização administrativa territorial autárquica e definir os termos da participação das autarquias locais na concretização desse processo. Consagra, ainda, o referido diploma legal, a obrigatoriedade da reorganização administrativa do território das freguesias e regula e incentiva a reorganização administrativa do território dos municípios.

O novo quadro legislativo emerge na sequência da Proposta de Lei n.º 44/XII, que substituiu o Documento Verde, ignorando por completo as soluções e critérios por este propostas. Aportamos num diploma legal que reproduz os princípios e critérios orientadores plasmados na Proposta de Lei n.º 44/XII e que, na prática, prevê a reorganização do território através da agregação de freguesias em todo o território nacional assente em limites territoriais do respetivo município, segundo parâmetros de agregação diferenciados em função do número de habitantes e da densidade populacional de cada município. Ignorou-se, "tout court", a realidade de concelhos que estão efetivamente bem organizados, atendendo à área territorial, à dimensão das freguesias, ao número de habitantes, à distância à sede de concelho, ao tipo de povoamento, aos serviços prestados, às acessibilidades, à mobilidade da população, ao índice de envelhecimento e ao nível de interioridade.

Sobre a supra aludida Proposta de Lei tomou posição a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, na sua reunião ordinária de 4 de abril de 2012, cuja argumentação se segue, de perto, no presente parecer, uma vez que se mantém no texto final aprovado pela Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, na generalidade, as soluções e critérios consagrados naquela Proposta.

Ademais, pronunciou-se, igualmente, a Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, em sessão ordinária, realizada em 30 de abril de 2012, sobre a Proposta de Lei n.º 44/XII, tendo o órgão deliberativo aprovado uma moção em que expressa a sua oposição às soluções de reorganização administrativa vertidas naquela Proposta.

A Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, estabelece no seu artigo 3º os princípios a que deverá obedecer a reorganização administrativa territorial autárquica:

- a) Preservação da identidade histórica, cultural e social das comunidades locais, incluindo a manutenção da anterior denominação das freguesias agregadas, nos termos e para os efeitos previstos no presente diploma;



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

- b) *Participação das autarquias locais na concretização da reorganização administrativa dos respetivos territórios;*
- c) *Universalidade do esforço e flexibilidade no desenho de soluções concretas de reorganização administrativa territorial autárquica;*
- d) *Obrigatoriedade da reorganização administrativa do território das freguesias*
- e) *Estímulo à reorganização administrativa do território dos municípios;*
- f) *Equilíbrio e adequação demográfica das freguesias.*

A Lei n.º 22/2012, de 30 de maio coloca o Município de Reguengos de Monsaraz, para efeitos do critério de agregação, como município de nível III, considerando que aqui se incluem os municípios com densidade populacional entre 100 e 1000 habitantes por km² e com população inferior a 25.000 habitantes, bem como municípios com densidade populacional inferior a 100 habitantes por km². (Cfr. alínea c) do n.º 2 e n.º 3 do artigo 4º).

Como parâmetros de agregação das freguesias para os municípios de nível III, é estabelecida, a redução, no mínimo, de 50% do número de freguesias cujo território se situe, total ou parcialmente, no mesmo lugar urbano ou em lugares urbanos sucessivamente contíguos e de 25% do número das outras freguesias. (Cfr. alínea c) do n.º 1 do artigo 6º).

De acordo com o artigo 19º e com os números 2 e 3 do artigo 6º, todos da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, o resultado da aplicação dos parâmetros de agregação é calculado segundo as regras gerais do arredondamento e, bem assim, da reorganização administrativa do território das freguesias não pode resultar a existência de freguesias com um número inferior a 150 habitantes e não é esta obrigatória nos municípios em cujo território se situem quatro ou menos freguesias.

Em casos devidamente fundamentados, a Assembleia Municipal, no âmbito da sua pronúncia sobre a reorganização administrativa do território das freguesias, goza de uma margem de flexibilidade que lhe permite propor uma redução do número de freguesias do respetivo município até 20% inferior ao número global de freguesias a reduzir resultante da aplicação das percentagens previstas no n.º 1 do artigo 6º. Poderá, ainda, a Assembleia Municipal alcançar a redução global do número de freguesias prevista na lei aplicando proporções diferentes das estipuladas no n.º 1 do artigo 6º. (Cfr. artigo 7º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio).

O artigo 8º da Lei estabelece as orientações, meramente indicativas, que poderão ser adotadas pelas entidades competentes para a emissão de pronúncia ou de parecer, nomeadamente:

- a) *A sede do município deve ser preferencialmente considerada como polo de atração das freguesias que lhe sejam contíguas;*
- b) *As freguesias com um índice de desenvolvimento económico e social mais elevado, um maior número de habitantes, e uma maior concentração de equipamentos coletivos devem ser consideradas, no quadro da prestação de serviços públicos de proximidade, como preferenciais polos*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

de atração das freguesias contíguas;

- c) *As freguesias devem ter escala e dimensão demográficas adequadas, que correspondem indicativamente ao máximo de 50 000 habitantes e aos mínimos, nos municípios de nível 3, 2 500 habitantes por freguesia no lugar urbano e de 500 habitantes nas outras freguesias. (limitemos a referência aos municípios de nível 3, por ser aquele em que se integra o Município de Reguengos de Monsaraz).*

Nos termos do artigo 9º da Lei, a freguesia criada por efeito de agregação constitui uma nova pessoa coletiva territorial, dispõe de uma única sede e integra o património, os recursos humanos, os direitos e as obrigações das freguesias agregadas.

A reorganização administrativa do território das freguesias é acompanhada de um novo regime de atribuições e competências, que reforça as competências próprias dos órgãos das freguesias e amplia as competências delegáveis previstas na lei. Esta será uma matéria a desenvolver e a definir por diploma próprio, o qual se desconhece até à presente data.

Ainda, nos termos do n.º 4 do artigo 10º da Lei, a participação no Fundo de Financiamento das Freguesias (FEF) da freguesia criada por agregação é aumentada em 15% até ao final do mandato seguinte à agregação, situação aplicável apenas a agregações resultado de pronúncias das assembleias municipais. Claramente, que a consagração desta solução legal, mais não é que o lançar do engodo à pronúncia das assembleias municipais em conformidade com os parâmetros definidos na lei.

A Assembleia Municipal é o órgão competente para deliberar sobre a reorganização administrativa do território das freguesias do município, designando-se essa deliberação como pronúncia da assembleia municipal. Caso a câmara municipal não exerça a iniciativa para a deliberação da assembleia, deverá, no entanto, apresentar um parecer ao órgão deliberativo sobre a reorganização do território das freguesias situadas na sua área geográfica. As assembleias de freguesia poderão apresentar pareceres, sem carácter vinculativo, sobre a reorganização administrativa territorial autárquica. (Cfr. artigo 11º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio)

A Lei estabelece o prazo de 90 dias, a contar da data de entrada em vigor da lei, para a Assembleia apresentar a sua pronúncia junto da Assembleia da República, ou seja, até 15 de outubro de 2012.

Consagra-se, por fim, a criação da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território, cujo processo de designação de membros tem sido um caminho atribulado, recusando-se, inclusive, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) a designarem representantes seus para aquela estrutura.

Recorde-se, aqui, pela sua oportunidade, a circular 94/2012 da ANMP:

“Com efeito, são conhecidas de todos as posições da ANMP relativas à reorganização administrativa do território, tendo-se manifestado o entendimento de que as populações e as autarquias locais deveriam ter uma opinião determinante em tal assunto. Por isso, os órgãos das freguesias deveriam pronunciar-se e



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

9

emitiriam um parecer não vinculativo e as Assembleias Municipais, tendo em conta a pronúncia dos órgãos das freguesias e das Câmaras Municipais, deliberariam sobre a reorganização administrativa das freguesias, através da emissão de parecer vinculativo.

Sendo este o posicionamento da ANMP, a participação desta Associação na Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa revela-se despendiosa, uma vez que tal Unidade Técnica mais não deveria fazer – o que se reitera – do que aceitar as deliberações das Assembleias Municipais.”

II – APLICAÇÃO DA LEI AO CONCELHO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

O Concelho de Reguengos de Monsaraz localiza-se a Oeste da capital de distrito, Évora, e divide-se administrativamente por cinco freguesias e correspondentes aglomerados, nomeadamente:

| Concelho 2001 | Freguesias | Aglomerados | Área Km2 | População Residente 2001 (Censos 2001) | Densidade Populacional 1 Hab./Km2 2001 |
|-----------------------|--------------------------|--|-------------|--|---|
| Reguengos de Monsaraz | Campo | São Marcos do Campo e Cumeada | 125,11 | 840 | 24,33 |
| | Corval | São Pedro do Corval, Carrapatelo e Santo António do Baldio | 98,16 | 1.578 | |
| | Monsaraz | Monsaraz, Barrada, Motrinos, Outeiro e Telheiro/Ferragudo | 88,25 | 977 | |
| | Reguengos de Monsaraz | Reguengos de Monsaraz, Caridade e Perolivas/ Gafanhoeiras | 101,55 | 7.070 | |
| | Campinho | Campinho | 54,69 | 917 | |
| | Total | | 467,75 | 11.382 | |

| Concelho 2011 | Freguesias | Aglomerados | Área Km2 | População Residente 2011 (censos – resultados provisórios) | Densidade Populacional 1 Hab./Km2 2011 |
|-----------------------|--------------------------|--|-------------|---|---|
| Reguengos de Monsaraz | Campo | São Marcos do Campo e Cumeada | 125,11 | 688 | 23,38 |
| | Corval | São Pedro do Corval, Carrapatelo e Santo António do Baldio | 98,16 | 1.391 | |
| | Monsaraz | Monsaraz, Barrada, Motrinos, Outeiro e Telheiro/Ferragudo | 88,25 | 781 | |
| | Reguengos de Monsaraz | Reguengos de Monsaraz, Caridade e Perolivas/ Gafanhoeiras | 101,55 | 7.364 | |
| | Campinho | Campinho | 54,69 | 712 | |
| | Total | | 467,75 | 10.936 | |

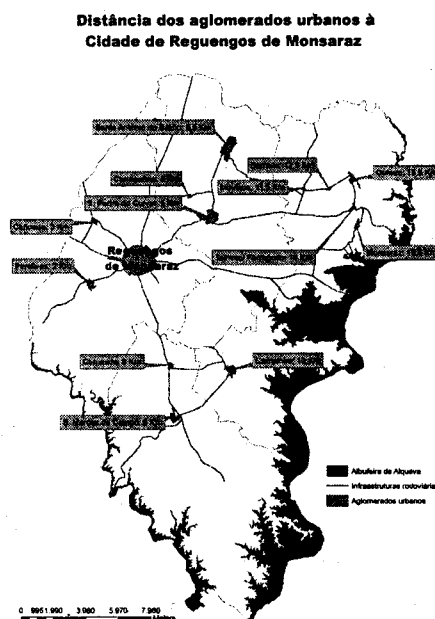
Fonte: INE

Com os censos de 2011, verifica-se uma diminuição da população em 446 habitantes, em quatro das cinco freguesias; a freguesia de Reguengos de Monsaraz, pelo contrário, viu a sua população aumentar.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ Assembleia Municipal

Em termos de distâncias das várias localidades à sede do concelho – Reguengos de Monsaraz, apresenta-se o seguinte mapa:



Nos termos da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, a localidade de Reguengos de Monsaraz é considerada o único lugar urbano no Município (conforme Anexo II da Lei).

Face ao exposto, e tendo em atenção o parâmetro de agregação de freguesias consagrado na Lei, aplica-se no caso em concreto do Município de Reguengos de Monsaraz o critério da redução mínima de 50% do número de freguesias cujo território se situe, total ou parcialmente no mesmo lugar urbano ou em lugares urbanos sucessivamente contíguos e de 25% do número de outras freguesias (as denominadas freguesias rurais). Assim, temos, e segundo as regras gerais do arredondamento, a obrigatoriedade do Município de Reguengos de Monsaraz extinguir uma freguesia rural, com recurso à agregação de freguesias, em consequência desta norma legal meramente matemática.

Sobre a reorganização administrativa territorial autárquica, pronunciaram-se, através de emissão de pareceres devidamente fundamentados, as cinco assembleias de freguesia do concelho, as quais se mostraram desfavoráveis à fusão, agregação ou extinção de freguesias no concelho de Reguengos de Monsaraz, argumentando em traços gerais:

- Que o mapa administrativo do concelho de Reguengos de Monsaraz está bem organizado, sendo um concelho com 467,75km², com apenas 5 freguesias, que em muito contribuíram e contribuem para o desenvolvimento e progresso das localidades e populações dos seus territórios;
- Que a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio não configura uma verdadeira reforma administrativa, não passando de uma lei de extinção de freguesias que em nada contribuirá para o desenvolvimento do país, em especial do interior, nem para os interesses das populações, nem para a tão apregoada redução de custos e reforço da economia nacional;



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

9

- *Que a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio não respeita a vontade das populações, impondo-lhes soluções contrárias aos seus interesses;*
- *Que não foram as freguesias que contribuíram para situação económica do país;*
- *Que estamos na presença de uma reforma cega que não atende às especificidades e necessidades locais de cada concelho;*
- *Que os pareceres dos órgãos municipais deveriam ser vinculativos, respeitando-se, assim, a vontade das populações expressas pelos órgãos que legitimamente elegeram;*
- *Que pronunciam-se desfavoravelmente à aplicação dos critérios de reorganização consagrados na Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, e defendem a manutenção da atual organização territorial autárquica do concelho de Reguengos de Monsaraz por ser aquela que melhor defende os interesses das suas populações;*

III – POSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assim e considerando que:

- a) *Importa implementar uma verdadeira reforma administrativa autárquica, a qual deve contemplar uma reorganização territorial autárquica, legislação reguladora das competências e atribuições próprias dos municípios e das freguesias, bem como dos respetivos meios financeiros;*
- b) *É inadmissível que uma Lei que procura estabelecer os princípios e parâmetros da reorganização administrativa territorial autárquica, em nenhum momento trate das regiões administrativas (tipo de autarquia local consagrado constitucionalmente desde 1976);*
- c) *Foram as autarquias locais que levaram o desenvolvimento a todo o território e que aproximaram o Estado dos cidadãos, contribuindo decisivamente para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a coesão social, económica e cultural do nosso país;*
- d) *Da aplicação dos critérios previstos no Documento Verde para a reorganização do território, através da extinção de freguesias (número de habitantes, distância da sede concelho e tipologia de Áreas Urbanas), o Concelho de Reguengos de Monsaraz não perdia qualquer uma das suas cinco freguesias;*
- e) *Esta nova lei que visa eliminar 25% das freguesias rurais, representará a extinção de uma freguesia rural no concelho de Reguengos de Monsaraz;*
- f) *A Assembleia Municipal tem a competência de deliberar, sob proposta ou após parecer da Câmara Municipal, a reorganização do território, não valendo, contudo, como pronúncia, a deliberação da Assembleia Municipal, que não concordar em eliminar freguesias ou em eliminar o número de freguesias imposto pelo Governo;*
- g) *Na decisão a tomar, freguesias e populações não têm parecer vinculativo, não sendo sequer obrigatória a sua audição;*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

9

- h) Na ausência de decisão da Assembleia Municipal, a proposta da reorganização do território da freguesia é elaborada e apresentada pela Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território;*
- i) A Lei n.º 22/2012, de 30 de maio prevê que a participação do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) da freguesia criada por agregação é aumentada em 15% até ao final do mandato seguinte à agregação, à exceção dos casos em que a agregação não resulte de pronúncia pela assembleia municipal;*
- j) As competências próprias dos órgãos das freguesias serão definidas em diploma próprio, entendendo-se prematuro falar em reorganização do território das freguesias, sem conhecer a proposta de alteração da lei das atribuições e competências e da lei das finanças locais;*
- k) As posições assumidas pelas associações representativas dos interesses das autarquias locais – ANMP e ANAFRE;*
- l) Os pareceres emitidos pelas assembleias de freguesia do concelho e enviados à Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.*

A Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz entende que:

- a) As propostas de alteração apresentadas no livro verde resolviam as questões que são consensuais como sejam o excessivo número de freguesias nos lugares urbanos (sedes de concelho), o elevado número de freguesias em alguns concelhos, principalmente no norte de Portugal onde o predomínio da igreja/paróquias e do minifúndio deram origem a um excessivo número de freguesias, algumas delas com uma dimensão demográfica muito reduzida;*
- b) A Lei n.º 22/2012, de 30 de maio é injusta, pelo carácter obrigatório do modelo de reorganização do território das freguesias a partir de percentagens concebidas a régua e esquadro, numa atitude claramente centralista;*
- c) A Lei n.º 22/2012, de 30 de maio é inadequada, uma vez que negligencia a realidade social, não traz ganhos de eficiência, não respeita a vontade dos cidadãos e nem se traduz numa redução da despesa pública, pois não é com o valor das senhas de presença dos eleitos locais ou com o valor da remuneração dos Presidentes de Junta de Freguesia que aumentaremos a qualidade do serviço público prestado à população;*
- d) A Lei ao obrigar à alteração do território das freguesias em nada contribui para os objetivos patentes no Memorando de Entendimento, pois as medidas impostas ao Estado Português têm como principal objetivo diminuir a despesa pública e “obrigar” a reformas estruturais que permitam melhorar/otimizar o desempenho do Estado;*
- e) A Lei n.º 22/2012, de 30 de maio não respeita os princípios da democracia participativa, da liberdade de expressão, da equidade, da coesão territorial;*
- f) A reforma administrativa territorial autárquica deve de ser participada e partilhada, atendendo a*



9

MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

que o resultado final deve refletir o sentimento de cada um à nova freguesia em que fique integrado, pois as freguesias são a primeira unidade de contato dos cidadãos com o Estado, contato esse, muitas vezes de cariz pessoal e até afetivo que custa, a maioria das vezes, muitas horas aos eleitos que não são nem de longe nem de perto “pagas” pelo valor de um salário a meio tempo ou tempo inteiro para não falar das situações em que os eleitos não auferem qualquer remuneração;

- g) As populações e autarquias locais devem ter uma opinião determinante em qualquer reorganização administrativa autárquica, devendo os órgãos das freguesias pronunciar-se e emitir pareceres sobre tão relevante matéria e não ser uma reforma imposta pelo Governo onde a decisão da Assembleia Municipal não é vinculativa, pois só é válida se aceitar os critérios impostos pelo Governo;*
- h) A penalização prevista dos 15% da transferência do fundo para as freguesias por falta de decisão das Assembleias Municipais constitui uma violação clara do princípio da autonomia local e das finanças locais, sendo de difícil justificação constitucional;*
- i) A flexibilidade de pronúncia das Assembleias Municipais, consagrada no artigo 7º da Lei n.º 22/2002, de 30 de maio, terá de ter como princípio orientador e espírito legislativo, a possibilidade de consagrar e aceitar soluções propostas pelos órgãos municipais que, atendendo às realidades e particularidades locais, nomeadamente de interioridade, tipo de povoamento, serviços prestados às populações, acessibilidades, índice de envelhecimento, distâncias geográficas, não se enquadrem nas regras aritméticas cegas do artigo 6º do diploma. Terá, assim, de ser perfilhado entendimento interpretativo que aceite a pronúncia dos órgãos municipais competentes, sob pena do artigo 7º da Lei violar o princípio constitucional da igualdade ao permitir apenas a algumas Assembleias Municipais beneficiarem e exercerem efetivamente a faculdade da flexibilidade de pronúncia.*

Nestes termos, e atendendo ao supra exposto, propõe-se que a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, ao abrigo do n.º 2 do artigo 11º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, delibere:

- a) Repudiar as soluções e critérios de reorganização administrativa consagrados na Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, pois estes não preconizam um modelo adequado à realidade social portuguesa, não garantem ganhos de eficiência e eficácia para o Poder Local, não respeitam a vontade dos cidadãos, não traduzem qualquer ganho para o erário público e não contemplam qualquer benefício para as populações e para a organização do Poder Local;*
- b) Pronunciar-se favoravelmente à manutenção das cinco freguesias do concelho de Reguengos de Monsaraz, considerando a demografia de cada uma das freguesias, a população maioritariamente envelhecida, com pouca mobilidade, sobretudo nas freguesias rurais e os serviços prestados por estas autarquias às populações no âmbito da cultura, do desporto, da educação e do apoio social; outrossim, o concelho apenas tem uma freguesia em sede de município e cumpre um mínimo de 500 habitantes por freguesia rural;*
- c) Repudiar qualquer redução, fusão ou extinção de freguesias no concelho de Reguengos de Monsaraz, respeitando a vontade popular, expressa nos pareceres emitidos por todas as Assembleias*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

de Freguesias do concelho;

- d) Realizar todos os esforços para que a flexibilidade de pronúncia da assembleia municipal prevista no artigo 7º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio seja estendida a todos os municípios, acolhendo-se as pronúncias dos órgãos deliberativos que, devidamente fundamentadas, concluam pela não aplicabilidade dos critérios do artigo 6º à realidade do seu concelho, sob pena de se tal não acontecer ser posto em causa o princípio constitucional da igualdade;
- e) Remeter o presente parecer à Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, nos termos do n.º 2 do artigo 11º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio;
- f) Remeter, igualmente, a deliberação que recair sobre a presente proposta, aos Presidentes de Junta de Freguesia do concelho e aos respetivos Presidentes de Assembleia de Freguesia.

Ficam anexos ao presente parecer as posições já tomadas pelos órgãos do município sobre esta matéria, bem como os pareceres agora aprovados, e remetidos à câmara, pelas assembleias de freguesia do concelho."

Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:-

- a) Repudiar as soluções e critérios de reorganização administrativa consagrados na Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, pois estes não preconizam um modelo adequado à realidade social portuguesa, não garantem ganhos de eficiência e eficácia para o Poder Local, não respeitam a vontade dos cidadãos, não traduzem qualquer ganho para o erário público e não contemplam qualquer benefício para as populações e para a organização do Poder Local;-----
- b) Pronunciar-se favoravelmente à manutenção das cinco freguesias do concelho de Reguengos de Monsaraz, considerando a demografia de cada uma das freguesias, a população maioritariamente envelhecida, com pouca mobilidade, sobretudo nas freguesias rurais e os serviços prestados por estas autarquias às populações no âmbito da cultura, do desporto, da educação e do apoio social; outrossim, o concelho apenas tem uma freguesia em sede de município e cumpre um mínimo de 500 habitantes por freguesia rural;-----
- c) Repudiar qualquer redução, fusão ou extinção de freguesias no concelho de Reguengos de Monsaraz, respeitando a vontade popular, expressa nos pareceres emitidos por todas as Assembleias de Freguesia do concelho;-----
- d) Realizar todos os esforços para que a flexibilidade de pronúncia da Assembleia Municipal prevista no artigo 7º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio seja estendida a todos os municípios, acolhendo-se as pronúncias dos órgãos deliberativos que, devidamente fundamentadas, concluam pela não aplicabilidade dos critérios do artigo 6º à realidade do seu concelho, sob pena de se tal não acontecer ser posto em causa o princípio constitucional da igualdade; -----
- e) Remeter o parecer aprovado à Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, nos termos do n.º 2 do artigo 11º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio; -----
- f) Remeter o parecer aprovado aos presidentes de junta de freguesia do concelho e aos respetivos presidentes de



9

MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

assembleia de freguesia. -----“

Igualmente, deu conta dos pareceres emitidos pelas Assembleias de Freguesia de Campinho, Campo, Corval, Monsaraz e Reguengos de Monsaraz, que ora se transcrevem:-----

“ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPINHO

PARECER

Emitido pela Assembleia de Freguesia de Campinho nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 11.º e artigo 12.º, ambos da lei n.º 22/2012, de 30 de maio

A reorganização administrativa do território das freguesias, rege-se pela lei nº 22/2012, de 30 de Maio, aprovada pelo atual governo na Assembleia da Republica.

Esta lei obriga à extinção de 25% das Freguesias a nível nacional nos concelhos de nível 3.

Infelizmente, tal como a maioria dos concelhos a nível nacional, o concelho de Reguengos de Monsaraz está incluído neste nível e se, aquando dos critérios apresentados no livro verde, nos deixava a todos despreocupados, e a todos, referimo-nos não só a nós população do Campinho mas a todas as populações que compõem as cinco Freguesias do concelho de Reguengos de Monsaraz, uma vez que, todas elas reuniam os requisitos necessários para que nenhuma fosse extinta. Esta lei feita a régua e esquadro obriga ao encerramento de uma das cinco freguesias do nosso concelho.

Assim, com esta lei, no nosso entender não será uma mas sim duas Freguesias do concelho de Reguengos a serem extintas uma vez que da agregação de duas Freguesias, resultará um novo nome que será (União das Freguesias) precedido com o nome das Freguesias agregadas e com um novo número de pessoa coletiva.

A Freguesia de Campinho foi criada a 23 de Maio de 1988 por um projeto apresentado pelo partido comunista português na Assembleia da Republica, a quem desde já, dirigimos os nossos sinceros agradecimentos e a todas as pessoas que participaram no seu processo.

A nossa Freguesia é assim a mais nova das cinco Freguesias do concelho. No próximo ano, a 23 de Maio irá festejar os seus 25 anos de existência e é por isso que hoje aqui estamos todos em defesa da sua manutenção, para que, para o ano não seja o seu último aniversário como Freguesia.

Vinte e cinco anos numa Freguesia poderá parecer muito pouco, mas não são, e isso reflete-se nas memórias que todas as pessoas desta comunidade têm, pois em tempos que já lá vão, tinham que andar de mão estendida ao nosso vizinho do lado a pedir aquilo que era nosso por direito.

A população do Campinho referencia-se como, uma comunidade aberta, acolhedora e com um enorme espirito voluntário perante os desafios com que sempre se deparou na defesa dos seus interesses e na proteção do seu património social e cultural.

Podemos e devemos assim afirmar com todo o orgulho e frontalidade que em apenas 24 anos soube sair, por mérito próprio, do vazio rural ao qual tinha sido mantida até então pelo poder local.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Já há alguns anos que a sociedade política fala na Democracia Participada para fazer passar a ideia de que é possível uma maior participação da sociedade civil na estruturação social e cultural das comunidades. Não é só esta assembleia que, por unanimidade, reconhece que, se na maioria dos casos não passou de uma intenção política, no Campinho isso foi posto em prática, é também toda a sociedade civil e política de todo o concelho a reconhecer e valorizar.

Não temos dúvidas de que, só com este espírito que é próprio desta comunidade, foi possível em apenas 24 anos construir toda uma série de equipamentos essenciais e necessários, ao bem estar de toda a população do Campinho e de quem nos visita.

A nossa sede da Junta de Freguesia tem um valor acrescentado pois resulta de uma grande força de vontade e empenho de um grupo de pessoas que voluntariamente se empenharam na sua construção. Este projeto custou aos cofres da Junta apenas 680 contos. É neste edifício que se faz toda a gestão da freguesia e se prestam os diversos serviços sociais a toda a população.

No dia 28 de Junho de 2003 foi inaugurada a sede da Freguesia e foi também feita a escritura pública da Associação de Desenvolvimento Económico Social e Cultural Gente Nova de Campinho. Esta associação tem como objeto apoiar e incentivar o desenvolvimento sustentável da região onde se insere, em particular da freguesia de Campinho, intervindo e desenvolvendo projetos e iniciativas nas áreas sócio económica, ambiental, cultural, educação, formação, desporto e recreação, nos quais procurará envolver participativamente a população, em especial, a mais jovem, promovendo assim, o desenvolvimento das suas capacidades de intervenção social e cívica. Toda a população do Campinho passou a dispor de duas entidades que, em parceria e através de protocolo e com muito trabalho voluntário nos foi possível angariar e criar receitas extras com as quais temos requalificado e adquirido património, património este que está ao serviço de toda a comunidade do Campinho e de quem nos visita.

Foi esta parceria que nos permitiu a construção do nosso Espaço Cultural. Neste espaço toda a população dispõe: do espaço Internet, sala para formação, sala para exposições, biblioteca e área de convívio. Para a área da formação foi feito um protocolo com a empresa de consultadoria e formação Partner Hotel o que, nos permitiu proporcionar a muitas pessoas do Campinho, a aquisição do R. V. C. C. para prosseguimento de estudos e assim conseguirem formação de equivalência ao sexto, nono e décimo segundo ano de escolaridade. Foram também feitos cursos na área da informática, gastronomia e doçaria conventual. As exposições são permanentes alternando entre artistas nacionais e estrangeiros. Esta obra teve um investimento no valor de 132 mil euros.

Este investimento, todo ele suportado pela Junta de Freguesia, só foi possível através de protocolo celebrado entre a Junta de Freguesia e a Associação de Desenvolvimento Local. (Gente Nova).

Também a aquisição do imóvel sito na rua da Junqueira, no qual funciona o nosso centro logístico, só foi possível realizar-se através da parceria entre a Junta de Freguesia e a Associação Gente Nova, tendo a Associação prestado apoio financeiro, no valor de vinte mil euros, para a sua aquisição no valor de cinquenta mil euros.

Como não temos a memória curta, todos nós, nos lembramos daquilo que passamos durante anos a fio com a



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

falta de água e as ruas praticamente intransitáveis. Não temos dúvidas que a nossa determinação em afirmar o potencial que a nossa Freguesia obteve com a proximidade do plano de água do grande Lago do Alqueva, muito contribuiu para que o município investisse cerca de um milhão, quinhentos e sessenta e seis mil euros, na renovação das Infraestruturas básicas do Campinho. Após estas obras todas as ruas da Aldeia foram repavimentadas.

Campinho é uma das dezasseis Aldeias Ribeirinhas nas quais estavam previstas obras de requalificação através do programa PEAQOA. A nossa Aldeia foi contemplada com obra de requalificação da praça Bernardino José Cruz. Este projeto com a denominação "Campinho 21" contou com um investimento do Município no valor de cento e cinquenta e dois mil euros, e com seis mil, trezentos e cinquenta euros, da Junta de Freguesia. Foi também através deste programa que o Município adquiriu e colocou o cais náutico no nosso parque de merendas, no valor de noventa mil euros.

Das dezasseis Aldeias Ribeirinhas o Campinho foi a pioneira na promoção, divulgação e aproveitamento do plano de água do Grande Lago do Alqueva. Fomos nós os primeiros, com o apoio da Câmara Municipal e das diversas associações, que organizámos as mais diversas modalidades de provas desportivas no meio aquático tais como: primeira prova de motonáutica, provas de hovercraft, vela clássica, prova do circuito Ibérico calamaran, provas do campeonato nacional de pesca embarcada ao achigã e provas de natação com travessia a nado do Lago de Alqueva.

Todo este trabalho, assumido voluntariamente pelos membros da Associação Gente Nova, permitiu-nos atingir dois objetivos. O primeiro objetivo foi criar receitas através da Associação e que depois reverteram na aquisição de imóveis e apoio social. O segundo objetivo foi atrair pessoas de forma massiva para promoção da nossa Aldeia com projeção em todo o concelho. O primeiro impacto desta afluência de público à nossa Aldeia reflete-se, para já nas cerca de dez casas de segunda habitação que já existem no Campinho.

Continuamos a querer mais e o melhor para a nossa população. E apesar da grande crise económica, com que todo o poder local hoje em dia se depara, nós não paramos. Em parceria, a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e a Associação Gente Nova têm em curso três obras de grande importância. Todas elas contribuem em grande forma para o bem estar da população sendo que, uma delas deverá gerar receita. Na área da saúde e apoio social, acrescentar à nossa extensão mais uma sala para enfermagem, zona de retenção de resíduos orgânicos, espaço para o voluntariado e o Balcão Social. Com este espaço a funcionar pretendemos, prestar todo o apoio social possível a toda a população do Campinho. No bairro Dona Amélia Rojão será construído o parque infantil e uma zona de lazer, com um orçamento de setenta e cinco mil euros.

O projeto Parque de Campinho é com certeza o projeto mais ambicioso a construir numa freguesia rural do concelho de Reguengos de Monsaraz. Este projeto será instalado num terreno, com área de 11,250 metros quadrados, adquirido pela Associação Gente Nova. Neste espaço serão instalados: um parque de estacionamento, campos de jogos tradicionais, zona de lazer, campo de jogos com marcações para várias modalidades desportivas, três balneários, sanitários, circuito de manutenção com equipamento geriátrico, recinto para feiras, mercados, concertos, festividades e ainda um parque para autocaravanas. Este último espaço irá produzir receitas para a freguesia. Neste grande projeto a Câmara Municipal irá investir meio milhão de



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

euros.

Estes são os espaços e serviços que estão à disposição da população sob a tutela da Junta de Freguesia. No entanto a população dispõe ainda do Centro Social e Paroquial do Sagrado Coração de Jesus do Campinho a funcionar com as valências de centro de dia e apoio domiciliário. Existe ainda a Sociedade Recreativa Campinhense na qual a Junta de Freguesia nos últimos anos investiu cerca de doze mil euros, na colocação de janelas de alumínio e na colocação do telhado na área da direção, bar e anexos.

A única pista para ultraleves, certificada pelo Instituto Nacional de Aviação Civil, junto ao grande lago do Alqueva é no Campinho que está construída. Esta pista foi construída com a cedência do terreno pelo proprietário, a utilização dos inertes resultantes das obras efetuadas nas estradas entre Campinho e Cumeada, Campinho e São Marcos do Campo e ainda das obras de renovação de toda a rede de abastecimento de água, esgotos pluviais e saneamento básico. Esta pista está aberta a todos os meios aéreos que nela possam operar, tem um protocolo entre o proprietário a Câmara Municipal e a Associação de Bombeiros Voluntário de Reguengos de Monsaraz.

Desde que começou a discussão, gerada pela lei 22/2012, em várias assembleias e onde vários intervenientes, usaram como argumento entre outros a antiguidade da sua freguesia, nunca ouvimos ninguém, além de nós argumentar sobre a determinação, o empenho e o espírito voluntário da sua população, pois que, sem estes valores não seria possível que uma das mais novas freguesias do país tenha, tanto ou mais equipamento ao serviço da sua população comparativamente às mais antigas do país.

Não foram as freguesias que contribuíram para a ruína em que o país se encontra e, muito menos a nossa que em apenas 24 anos criou qualidade de vida para a sua população e, sem que hoje deva nada a ninguém. Podemos sim afirmar que somos um exemplo a seguir porque, se todos tivessem evoluído à velocidade que nós evoluímos e com as contas em dia o país não estaria na miséria em que se encontra.

Esta lei é anti democrática e vai contra tudo o que nós conquistámos e só irá contribuir para o aceleramento do processo de desertificação das freguesias rurais no interior do país.

Por tudo o supraexposto, a Assembleia de Freguesia de Campinho, reunida a 20 de Julho de 2012, deliberou por unanimidade:

- a) Aprovar a proposta de parecer, apresentada e em consonância;
- b) Rejeitar de forma inequívoca a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que obriga à extinção de uma freguesia no concelho de Reguengos de Monsaraz, opondo-se veementemente à agregação de freguesias no concelho;
- c) Emitir, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 11.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, parecer negativo à reorganização administrativa do território das freguesias operada pela citada Lei, rejeitando qualquer extinção ou agregação da freguesia de Campinho;
- d) Remeter o presente parecer, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, bem como ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 11.º e artigo 12.º, ambos da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio."



9

MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

"ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPO

PARECER

Aprovado por unanimidade em sessão extraordinária de Assembleia de Freguesia de Campo realizada em 15 de Julho de 2012, Contra a Lei n.º 22/2012 - Reorganização Administrativa Territorial Autárquica

A Lei n.º 22/2012 de 30 de maio, que aprovou o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, e vem estabelecer os princípios, os parâmetros da reforma administrativa do território das freguesias e dos municípios e obrigar a uma diminuição de freguesias no País, através da agregação de freguesias.

A Freguesia de Campo tem a sua origem na Confraria do Santíssimo Sacramento da Paróquia de S. Marcos do Campo, pelo que se pode deduzir que passou a Junta de Freguesia com o decreto n.º 1 25, de 26 de novembro de 1830.

Dispomos de informação que em 26 de março de 1896, o Governo Civil do Distrito de Évora emitiu alvará da extinção da Confraria, devido ao seu estado de abandono, passando todos os bens da Confraria para a administração da Junta de Freguesia de S. Marcos do Campo.

Presentemente a Freguesia de Campo é constituída por duas aldeias: S. Marcos do Campo, sede de freguesia, e Cumeada. No seu início era formada por três aglomerados populacionais (S. Marcos do Campo, Cumeada e Campinho) mas devido à vontade da população do Campinho e à Lei da Assembleia da República, em 23 de maio de 1988, a aldeia de Campinho constituiu-se como Freguesia.

Segundo dados dos Censos 2011, a Freguesia de Campo apresenta um total de 688 habitantes e com uma área geográfica de 125 km², sendo de todo o concelho de Reguengos de Monsaraz a freguesia com maior dimensão geográfica, dispondo de uma vasta e diversificada fauna e flora, enriquecida de uma abundante área cinegética (muito conhecida pelas montarias ao javali, pelo que daí provem o motivo do Brasão da Freguesia de Campo apresentar dois javalis).

O facto da Freguesia de Campo ficar no regolfo do Alqueva (maior lago artificial da Europa) entre dois rios Degebe e Guadiana atribui à nossa freguesia um potencial de empreendimentos turísticos, de que se destaca o denominado "Parque Alqueva", na Herdade do Roncão UEI Rei, onde já estão investidas várias dezenas de milhões de euros, sendo que é o único Projeto de Interesse Nacional no qual o atual Governo emitiu Declaração de Interesse Estratégico do Projeto de Investimento, através do Despacho n.º 12113/2011 do Ministro da Economia e do Emprego.

De referir que a aldeia de S. Marcos do Campo dista 10Km de Reguengos de Monsaraz, sendo a Freguesia de Campo servida pelo sistema de transporte coletivo da rodoviária e esse mesmo transporte passa por S. Marcos do Campo e Cumeada, cinco vezes ao dia (em períodos escolares). A Freguesia de Campo dispõe, no geral, de boas acessibilidades visto que a Estrada Regional 255 atravessa a Freguesia e liga o concelho de Reguengos de



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

Monsaraz ao concelho de Portel, é uma estrada recente, o elo de ligação norte/sul pelo interior do país, nomeadamente a ligação fronteira Caia (Eivas) e ligação a Sul (Algarve).

O património histórico da Freguesia de Campo é variado e rico, dispondo de:

- igreja matriz, que se encontra documentada desde o ano de 1534;
- o cruzeiro;
- o palácio Roncão d'El-Rei;
- a igreja paroquial da Cumeada.

A Freguesia de Campo possui um prédio rústico doado por El Rei D. João VI em 27 de dezembro de 1825 à população de S. Marcos do Campo, com uma área de 84,9500 ha, denominado "Baldio".

No que se refere a equipamentos coletivos e serviços à comunidade, a Freguesia de Campo dispõe:

- Espaço Internet, na sede da Freguesia;
- Posto médico;
- Jardim de infância;
- Escola Primária;
- Polidesportivo a campo aberto, com balneários e sanitários;
- Praça de Touros;
- Jardim público;
- Sanitários públicos;
- Casa mortuária (2);
- Cemitério;
- Centro de Dia e Lar para a Terceira Idade;
- Posto de Farmácia; Sociedade Harmonia;
- Centro Cultural;
- Cafés (8);
- Mercearias (7);
- Sapataria;
- Padaria;
- Queijaria;
- Oficina de Reparação de Frio;



9

MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

- Comércio e Oficina de Reparação de Material Náutico e Agrícola;
- Oficina de Reparação e Manutenção de Veículos Automóveis.

Na Freguesia de Campo existem as seguintes associações / coletividades: Associação de Solidariedade Social de S. Marcos do Campo;

- Associação de Caçadores e Pescadores de S. Marcos do Campo;
- Centro Cultural Cumeadense;
- Rota da Água - Associação de Desenvolvimento Local da Freguesia de Campo;
- Sociedade Harmonia Sarimarquense;
- Grupo Instrumental "Os Lírios do Campo".

A Junta de Freguesia de Campo presta os seguintes serviços / apoio à população:

- transporte escolar aos alunos do jardim de infância de S. Marcos do Campo e aos alunos da Escola Básica n.º 1 residentes na aldeia da Cumeada e nos Montes da Freguesia (percorrendo diariamente 180kms);
- auxílio à população na entrega de declarações Modelo 3 - IRS;
- transporte de doentes, para o posto médico de S. Marcos do Campo, por motivos de consulta, tratamentos ou vacina;
- marcação de exames e consultas por telefone;
- fotocópias;
- de trator, roçadeira, corta-relvas.

A Freguesia de Campo é uma freguesia dinâmica e fortemente ligada aos fatores históricos e culturais, uma prova disso é a estátua que se encontra na rotunda à entrada principal da aldeia de S. Marcos do Campo, monumento construído em 2009, como forma de homenagem ao ilustre cavaleiro tauromáquico José Mestre Batista, natural da Freguesia de Campo e que fez conhecer a Freguesia de Campo a nível internacional.

Considerando que as freguesias são parte integrante do processo democrático, instituído com a revolução de abril de 1974, e que a descentralização administrativa assegura a concretização do princípio da subsidiariedade, da eficácia e da proximidade dos cidadãos; tendo em conta que a legitimidade democrática das freguesias emana das eleições locais, e que pela sua proximidade às populações são o órgão mais democrático de todo o sistema político português.

Constata-se assim, que este Governo através desta reforma autárquica, visa sobretudo extinguir freguesias, contra a vontade e contra os interesses das populações locais.

Se o disposto na mencionada lei se concretizar as consequências serão trágicas, pois para além da perda do número de autarcas eleitos, que são o elo de ligação entre as populações, sobretudo em meios rurais, a agregação de freguesias impedirá a implementação de serviços de âmbito social inerentes ao bem-estar das populações,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ Assembleia Municipal

visto que as freguesias têm uma importância fulcral, desempenham um papel decisivo na prossecução dos interesses das populações.

Com a aprovação desta Lei, o concelho de Reguengos de Monsaraz está obrigado a que se reduza de cinco para quatro, o número de freguesias existentes no concelho.

O concelho de Reguengos de Monsaraz não tem freguesias em demasia, pelo que entendemos que qualquer reorganização administrativa do território deverá corresponder à vontade das populações e não contra a vontade das mesmas.

É importante salientar que as freguesias são de extrema importância, devido ao apoio que prestam às suas populações.

Na Freguesia de Campo a população é predominantemente envelhecida, pelo que se depara com uma necessidade acrescida no apoio aos seus fregueses, pois:

- é à Junta de Freguesia que os mais idosos se dirigem quando recebem uma carta;*
- é à Junta de Freguesia que se dirigem quando necessitam de marcar os seus exames ou consultas médicas;*
- é à Junta de Freguesia que vão quando têm que cumprir obrigações relativas ao cumprimento de obrigações fiscais, por exemplo a entrega da Declaração Modelo 3 de IRS;*
- é à Junta de Freguesia que se dirigem quando pretendem uma redução na taxa dos telefones, ou quando necessitam de qualquer outro tipo de esclarecimento;*
- é para a Junta de Freguesia que telefonam quando necessitam de transporte para se deslocarem ao posto médico, quer por motivos de doença quer para tratamentos ambulatoriais ou vacinas;*
- é na Junta de Freguesia que se encontra o apoio que toda a população necessita por, na maior parte dos casos, os familiares estarem longe.*

A Junta de Freguesia é uma porta aberta à população que está sempre disposta a ajudar e a apoiar.

Não podemos compactuar com a TROIKA e com o Governo, esta reforma é inaceitável, é baseada em argumentos economicistas falsos, esta reforma ignora a história, a tradição, a cultura e o bem-estar das populações.

Assim, perante o exposto e porque esta reforma:

- centraliza;*
- limita fortemente a democracia de proximidade;*
- elimina e reduz serviços prestados às populações;*
- contribuirá, ainda mais, para o despovoamento e desertificação dos territórios;*
- dificulta o acesso das populações, a serviços básicos, quer ao nível da mobilidade quer a outros níveis.*

E considerando que:



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

- as freguesias prestam um serviço importante no dia-a-dia às populações;
- que a condição de igualdade jurídica e política advém da existência de serviço de proximidade dos cidadãos;
- e que a extinção de freguesias coloca em risco a oportunidade de uma cidadania política participada.

Pelo exposto, a Assembleia de Freguesia de Campo deliberou por unanimidade:

- Emitir parecer negativo à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias no âmbito da citada Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, rejeitando a extinção ou a agregação da Freguesia de Campo;
- Rejeitar a extinção de qualquer freguesia do Concelho de Reguengos de Monsaraz, bem como à sua agregação;
- Enviar o presente parecer à Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, à Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Presidente da Assembleia da República, ao Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e ao Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa."

"ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CORVAL

Parecer da Assembleia de Freguesia de Corval sobre a Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica.

Nos termos da Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio e do seu artigo 11.º, as Assembleias Municipais devem deliberar sobre a aplicação da legislação ao respetivo território, num ato designado por pronúncia da Assembleia Municipal.

Para este efeito a Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz solicitou a esta Assembleia de Freguesia de Corval através do seu ofício ref.ª n.º 2874 datado de 26/06/2012 a emissão de parecer sobre a Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio.

Assim e de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 11.º da Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio, a Assembleia de Freguesia de Corval,

Considerando que:

- A Freguesia de Corval é uma das cinco Freguesias que integra o Concelho de Reguengos de Monsaraz, sendo considerada uma das quatro freguesias rurais deste Concelho;
- A Freguesia de Corval possui uma longa história: sendo já esta freguesia referida na Visitação eclesiástica de 1534, a sua igreja conserva a influência do manuelino. Ainda no século XVII (1681) era afamada pela Romaria a Nossa Senhora do Rosário, padroeira de S. Pedro do Corval. A Freguesia de Corval foi no século XVIII, Comenda da Ordem de Cristo. Em 1839 pertence à Comarca de Elvas e em 1852 à de Monsaraz, e aquando da extinção desta última passou a pertencer à Comarca de Reguengos de Monsaraz.
- A Freguesia de Corval é composta por três aglomerados populacionais, nomeadamente S. Pedro do Corval



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

(sede de freguesia), St. António do Baldio e Carrapatelo e ainda quase uma centena de lugares isolados (montes) que se dispersam em toda a sua área geográfica;

- A Freguesia de Corval, conta de acordo com os Censos de 2011 com 1391 habitantes, quase o dobro da população de qualquer outra freguesia rural deste Concelho e possui uma área de 98,2 KM2;
- A Freguesia de Corval em comparação com as restantes freguesias rurais é em termos de evolução da população a que perdeu menos população comparando os Censos de 2001 e os Censos de 2011. Em termos percentuais perdeu pouco mais de 10%, enquanto os valores das restantes freguesias rurais rondam os 20%.

| Freguesia | População em 2001 | População em 2011 | Evolução em percentagem |
|-----------|-------------------|-------------------|-------------------------|
| Campo | 840 | 688 | -18% |
| Corval | 1578 | 1391 | -12% |
| Monsaraz | 977 | 781 | -20% |
| Campinho | 917 | 712 | -22% |

Fonte: INE

- A Freguesia de Corval possui em toda a sua área geográfica as mais diversas infraestruturas de apoio aos seus fregueses, nomeadamente:

- Escola Primária e Jardim de Infância;
- Dois Postos médicos;
- Dois centros de dia com a vertente de lares de 3.ª Idade;
- Um "Espaço Internet" com acesso gratuito;
- Um parque desportivo com relvado sintético, campo de futebol de 7 e um campo de futebol onze;
- Um Polidesportivo;
- 3 Salas de espetáculos;
- Um recinto multiusos ao ar livre;
- Dois parques Infantis;
- Um jardim público;
- Posto de CTT (a funcionar no edifício da Junta de Freguesia de Corval);
- Uma instituição Bancária;
- ATM;
- Supermercados, mercearias, padarias;
- 3 salões de cabeleiros;
- Inúmeros cafés, restaurantes e casa de hóspedes;



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

- *Uma Rádio Local;*
 - *Duas Casas Mortuárias e respetivos cemitérios;*
 - *Inúmeros espaços verdes e de lazer;*
 - *Uma farmácia;*
 - *Rede de transportes públicos;*
 - *Praça de Táxis;*
 - *Um museu;*
 - *Três Igrejas Matriz;*
 - *Duas Ermidas, uma das quais classificada como Monumento de Interesse Público.*
- *A Freguesia de Corval acolhe o Maior Centro Oleiro do País (S. Pedro do Corval) com 23 Olarias em plena atividade, demonstrando assim a sua capacidade dinâmica e empreendedora;*
- *A Olaria potencia projetos de cooperação internacionais como é o caso da Festa Ibérica da Olaria e do Barro em colaboração com o Ajuntamento de Salvatierra de los Barros (Espanha), que transforma bianualmente S. Pedro do Corval na Capital Ibérica da Olaria e do Barro;*
- *Para além da Olaria, a Freguesia de Corval acolhe também outras atividades económicas, como a produção de vinho, azeite, pão, queijos e mel, bem como atividades de serralharia, carpintaria, construção civil, produções audiovisuais, produções multimédia, inúmeras atividades agrícolas entre as quais agricultura biológica.*
- *A Freguesia de Corval devido à sua capacidade de investimento e dinâmica económica, regista baixa taxa de desemprego, sendo inclusive um polo acolhedor de trabalhadores de outras freguesias contíguas.*
- *A Freguesia de Corval é a freguesia rural do Concelho de Reguengos de Monsaraz que possui mais associações (16 associações), o que bem representa a dinâmica cultural, desportiva e recreativa desta Freguesia. As associações incluem as mais diversas áreas como o desporto (futebol, columbofilia, atletismo, Btt, caça), as atividades culturais e recreativas (Casa de Cultura, Banda Filarmónica, Escola de Música, Coro Polifónico, Rádio, Sociedades Recreativas e Culturais), a solidariedade (Dadores de Sangue, Associações de Apoio Social) e o associativismo juvenil (várias Associações Juvenis).*
- *A Freguesia de Corval possui ótimas vias de comunicação, sendo atravessada por duas estradas nacionais a EN-255 e a EN-256. A ligação entre as 3 localidades que integram a freguesia à sede de concelho e às freguesias limítrofes, foram alvo de recentes melhorias de valor avultado, como o caso da EM 514 (Reguengos de Monsaraz- S. Pedro do Corval-Monsaraz), do Caminho Municipal 1124- 2 (Carrapatelo) e Caminho Municipal 1124 (St. António do Baldio), obras concluídas nos últimos 8 anos.*
- *A Freguesia de Corval apesar dos seus poucos recursos económicos que gere com rigor, eficiência, responsabilidade e transparência prevê num futuro próximo investimentos de elevado valor em conjunto com o Município de Reguengos de Monsaraz, nomeadamente:*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

9

- a) Construção de um novo posto médico em St. António do Baldio, Cofinanciado pelo INALENTEJO;
- b) Construção de uma nova casa mortuária em S. Pedro do Corval;
- c) Requalificação da Praça Dr. Manuel Fialho Recto em S. Pedro do Corval;
- d) Construção do Centro Interpretativo da Olaria e do Barro.

- A Freguesia de Corval presta um serviço de proximidade e de agregação à sua população, funcionando no edifício sede da Junta de Freguesia o Posto de Correios através de um protocolo assinado com os CTT, permitindo assim que a população da freguesia tenha ao seu dispor este serviço que de outra forma não seria possível prestar, evitando a deslocação da população para a sede de Concelho;

- A Freguesia de Corval adaptou-se ao longo dos últimos anos em termos de pessoal e de equipamentos, para fazer face às suas competências e atribuições e principalmente à resolução dos problemas da população e ao cumprimento dos protocolos existentes e serviços prestados;

- Na Freguesia de Corval a população é predominantemente envelhecida e com pouca mobilidade, pelo que se depara com uma necessidade acrescida no apoio aos seus fregueses, pois:

- Na Junta de Freguesia é onde se encontra o apoio que toda a população necessita porque, na maior parte dos casos, os familiares estão longe e é aqui que encontram o seu porto de abrigo;
- À Junta de Freguesia é onde alguns dos mais idosos se dirigem para receber a sua pensão, ou onde se dirigem quando têm algum assunto que não entendem e que os preocupa;
- À Junta de freguesia é que se dirigem quando necessitam de marcar os seus exames ou consultas médicas;
- À Junta de Freguesia é que vão quando têm que cumprir obrigações relativas a assuntos fiscais;
- À Junta de Freguesia é que se dirigem para efetuarem o pagamento da eletricidade, da água, do telefone, dos impostos, de seguros, é onde enviam e recebem a sua correspondência postal;

- A agregação ou extinção das freguesias em nada contribuirá para a redução da despesa pública, mas sim irá deteriorar a qualidade e proximidade dos serviços prestados pela freguesia à população, a coesão territorial, bem como a nossa história e identidade;

- As freguesias têm um papel fundamental no desenvolvimento local e representam a primeira unidade de contactos dos cidadãos ao Estado;

- As competências e atribuições próprias dos órgãos das freguesias não estão claras, pois serão ainda definidas em diploma próprio;

- Os eleitos desta assembleia de freguesia não se consideram mandatados para agregar ou extinguir freguesias;

Concluimos, que a nossa Freguesia de Corval é Única e que possui um importante valor histórico, cultural e patrimonial; que possui equipamentos e serviços de relevância para as populações; que possui um associativismo muito dinâmico e ativo; que possui uma população forte, coesa e determinada.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

Assim,

A Assembleia de Freguesia de Corval reunida em sessão extraordinária de 21 de Julho deliberou por maioria:

Atribuir parecer negativo e rejeitar frontalmente a extinção ou agregação da Freguesia de Corval.”

“ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MONSARAZ

PARECER

REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA

**APROVADO POR UNANIMIDADE EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE ASSEMBLEIA DE
FREGUESIA DE MONSARAZ REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2012**

Não à agregação da Freguesia de Monsaraz

Face à publicação da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que veio estabelecer os parâmetros da reforma administrativa do território das freguesias obrigando a uma diminuição de cinco freguesias do concelho de Reguengos de Monsaraz para quatro, a Assembleia de Freguesia de Monsaraz vem, nos termos do n.º 4, do artigo 11.º da referida Lei, emitir o presente Parecer.

Neste Parecer, a Assembleia de Freguesia de Monsaraz indicará os motivos históricos, culturais e sociais que afastam esta freguesia da agregação de freguesias referida na mencionada Lei.

Desde logo, a Freguesia de Monsaraz é o berço do concelho de Reguengos de Monsaraz, onde este Município esteve sediado até meados do século XIX.

A Freguesia de Monsaraz é constituída por seis aglomerados populacionais: Motrinos, Barrada, Outeiro, Telheiro, Ferragudo e a histórica vila de Monsaraz, em mais de 90Km2 de área, onde habitam cerca de 800 habitantes.

A maioria da população da freguesia de Monsaraz é idosa, o que significa que, carece mais que qualquer outra faixa etária de serviço autárquico de proximidade, conforme vem sendo efetuado por esta Junta de Freguesia ao longo dos anos.

Para além da Junta de Freguesia de Monsaraz permitir que os idosos não se tenham de deslocar à sede de concelho para receber a sua reforma, permiti também a esta população a deslocação gratuita para as unidades de saúde familiar; igualmente, permite à restante população usufruir de diversos serviços, nomeadamente, serviços CTT, Payshop, Licenças de caniços, assuntos relacionados com o cemitério, apoio ao turismo, transporte escolar, apoio a todas as atividades desportivas, culturais e sociais que são desenvolvidas nesta Freguesia, bem como a ligação que esta Junta de Freguesia faz entre a população local e outras entidades da administração pública a nível nacional e municipal.

Atualmente, a Freguesia de Monsaraz é em termos de importância histórica e turística, um dos principais pontos de atração de todo o Alentejo, onde se registaram só no ano de 2011, cerca de 200 mil entradas em



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

9

monumentos, onde decorrem ao longo do ano atividades que ajudam a estimular a economia do concelho, e onde se situam cerca de 50% do conjunto de unidades hoteleiras do concelho de Reguengos de Monsaraz.

Monsaraz, é nos dias de hoje um local de visibilidade mundial quer através da forte promoção turística que vai sendo efetuada no mercado internacional, quer através da procura constante que existe sobre este local por parte dos media e também de diversas entidades de praticamente todo o mundo que procuram utilizar Monsaraz como imagem, quer para campanhas de marketing, quer para outros fins. Este fato, aumenta a responsabilidade autárquica sobre este sítio, uma vez que os cuidados com o Património, e com a sua manutenção requer uma atenção diária, constante e de proximidade, visto que a sede do Município se encontra situada a cerca de 20Km de distância.

Todos estes motivos conjugados com o índice de desenvolvimento económico/turístico, perpetivado para os próximos anos na envolvente de Monsaraz e em território da freguesia, levam-nos a afirmar que seria uma enorme irresponsabilidade para qualquer Governo agregar ou extinguir esta freguesia.

Posto isto, a Assembleia de Freguesia de Monsaraz diz Não à agregação da Freguesia de Monsaraz; outrossim, pela forma como o Concelho de Reguengos de Monsaraz se encontra bem estruturado, com índices de desenvolvimento notáveis a nível regional, com um elo de ligação muito forte entre as Autarquias, que permite a criação de dinâmicas que nos têm conduzido ao sucesso nos últimos trinta e oito anos de poder democrático em Portugal, é de todo censurável e retrógada pensar na amputação desta orgânica."

"ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE REGUENGOS DE MONSARAZ

PARECER

REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA

**APROVADO POR MAIORIA EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE ASSEMBLEIA DE
FREGUESIA DE REGUENGOS DE MONSARAZ REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2012**

Face à publicação da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio que veio estabelecer os parâmetros da reforma administrativa do território das freguesias, a Assembleia de Freguesia de Reguengos de Monsaraz vem, nos termos do artigo 11.º, n.º 4 da referida Lei, emitir o presente Parecer que deverá ser ponderado pela Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz.

Analisando o caso concreto da Freguesia de Reguengos de Monsaraz, a Lei n.º 22/2012 de 30 de maio permite a manutenção desta Freguesia, porque não se enquadra nos parâmetros de agregação do artigo 6.º, n.º 1, alínea c), ou seja como só existe uma freguesia em lugar urbano com um número maior ou igual a 2000 habitantes, ela mantém-se.

No entanto, mais do que critérios aritméticos, importa referir o contexto histórico (existindo desde 1752) e o papel social que a Freguesia de Reguengos de Monsaraz desempenha, e que para nós é fundamental.

Por esta ser uma Freguesia que para além de Reguengos de Monsaraz, engloba as localidades de Caridade,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

Perolivas/Gafanhoeiras, sabemos quais são as preocupações das freguesias que são denominadas na Lei como lugares não urbanos.

No que concerne ao contexto do nosso Concelho de Reguengos de Monsaraz, esta Lei prevê que 25% das freguesias de lugares não urbanos com um número menor que 2000 habitantes, sejam reduzidas, pelo que uma das nossas quatro Freguesias rurais terá que ser obrigatoriamente agregada a outra. Esta é uma situação com a qual não concordamos porque reconhecemos que as Freguesias assumem um papel interventivo e de proximidade junto das populações, representando-se sendo o interlocutor das suas preocupações e insatisfações.

Defendemos que a população deveria ter sido ouvida, porque é de pessoas que se trata quando falamos de Freguesias.

Lamentamos que o ordenamento do território não tenha sido feito estudando o meio e as realidades locais, tendo em conta as especificidades de cada Freguesia.

O serviço de proximidade, personificado na pessoa do Presidente da Junta não deveria ter sido desprezado.

É de lamentar que mais uma vez se promovam políticas que acentuem a desertificação das aldeias, dado que como todos nós sabemos a concentração de serviços conduz a uma mobilização da população para junto de novos poios habitacionais e que consequentemente desertificam os que não beneficiam dessas políticas.

Existe uma identidade territorial desde há séculos que não pode ser ignorada, sob pena das populações perderem referências históricas das suas gentes.

Concluindo, não estamos de acordo com esta Lei que promove a extinção de Freguesias, através da denominada "AGREGAÇÃO" de Freguesias, que no fundo nada mais é do que extingui-las. Consideramos que as Freguesias do Concelho de Reguengos de Monsaraz estão todas perfeitamente estabilizadas e harmonizadas em termos territoriais e administrativos, não sendo necessária qualquer modificação."

De seguida, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto dando conta de toda a tramitação deste processo, nomeadamente com a realização das sessões das diversas Assembleias de Freguesia de todo o Concelho, nas quais foram auscultadas as populações. Prosseguiu, referindo que esta reforma está mal feita, afirmando muita gente que esta é uma lei de agregação das freguesias e que não é uma imposição/entendimento da troika. Se o Partido Socialista tivesse que fazer esta reforma faria tudo menos agregar freguesias rurais. Os membros das freguesias são talvez os únicos que ocupam cargos públicos de forma quase voluntária, disse.-----

Prosseguiu, referindo que esta reforma vem na sequência do denominado Livro Verde, no qual não havia necessidade de extinguir ou agregar qualquer freguesia do nosso Concelho. Esta lei é toda ao contrário do que deve ser o ordenamento do território, sendo o atual



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

Governo o único responsável por esta tomada de posição. Finalizou, afirmando que o alinhamento neste processo deverá ser pelo concelho de Reguengos de Monsaraz e pelos reguenguenses. -----

Usou da palavra, em seguida, o membro Maria Luísa Neves Pires da Cunha, para, em nome da bancada da Aliança para Mudar, apresentar um sentido de parecer sobre esta matéria em apreço, lido em voz alta, e cujo teor ora se transcreve: -----

***"Parecer da "Aliança para Mudar (coligação PSD/CDS)" sobre a Reorganização Administrativa
Autárquica aplicada às Freguesias do Concelho de Reguengos de Monsaraz***

No memorando de entendimento sobre as Condicionais de Política Económica negociado e assinado pelo PARTIDO SOCIALISTA durante o governo a que então presidia e assinado posteriormente pelo PSD e pelo CDS, consta o compromisso de reorganização da estrutura da administração local.

No governo actual, presidido pela coligação PSD/CDS, foi elaborada a Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio, aprovada pela Assembleia da República e promulgada pelo Presidente da República, lei esta que tem como objectivo a obrigatoriedade da reorganização administrativa do território dos municípios.

O Município de Reguengos de Monsaraz, presidido pelo Partido Socialista, manifestou-se desde o início contra qualquer agregação, divergindo da referida lei desde a sua aprovação pelo governo, em defesa das populações das freguesias.

A tomada de posição a Câmara Municipal em 13/04/2012 refere que o modelo proposto pela Lei não é adequado à realidade social portuguesa, não garante ganhos de eficiência e eficácia para o Poder Local, não respeita a vontade dos cidadãos e não traduz qualquer ganho para o erário público.

A posição do Partido Socialista manifestada na Assembleia Municipal em 30/04/2012, sob a forma de moção, foi a de apoiar a tomada de posição da Câmara Municipal e propõe que esta apresente uma proposta concreta da reorganização do território das freguesias do concelho de Reguengos de Monsaraz que corresponda verdadeiramente ao sentimento manifestado pela população do concelho, com base nas pronúncias das Assembleias de Freguesia (aprovada por maioria).

A Aliança para Mudar (coligação PSD/CDS) apresentou também uma moção, onde propõe que a Câmara Municipal promovesse o diálogo com os representantes dos outros partidos políticos, que todas as juntas de freguesia informassem e esclarecessem a população através de debates locais em que fossem envolvidos os partidos políticos com assento na Assembleia Municipal (não aprovada).

Os esclarecimentos do PARTIDO SOCIALISTA de Reguengos de Monsaraz, expressos por vários meios, têm sido repetidamente os mesmos:

- Não à agregação de freguesias em defesa das populações; mas a verdade é que na Lei não se encontra qualquer referência que justifique a necessidade de defesa das populações pois não há qualquer ataque às mesmas.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

- *Previsão de penalização de 15 % no orçamento para as freguesias que não manifestem vontade de se agregar; mas a verdade é que a previsão é o benefício de um acréscimo de 15% ao orçamento das freguesias que manifestem vontade de se agregar.*

- *A extinção de freguesias é feita por imposição centralista e sem auscultação das populações e dos seus órgãos autárquicos; mas a verdade é que a Lei refere que as Assembleias de Freguesia devem apresentar pareceres sobre a reorganização administrativa territorial autárquica, os quais, quando conformes com os princípios e os parâmetros definidos, devem ser ponderados pela Assembleia Municipal no quadro da preparação da sua pronúncia.*

A Aliança para Mudar (coligação PSD/CDS) lamenta que o Partido Socialista de Reguengos de Monsaraz tenha tomado estas posições.

Sabemos respeitar o voto do povo, mas não podemos concordar com os procedimentos que excluem a existência de outras ideias.

Os partidos, na sua diversidade, são um bem que toda a população tem direito de partilhar.

É caso para perguntar: se o Partido Socialista fosse governo agora, seria esta a tomada de posição da Câmara Municipal e Freguesias do concelho de Reguengos de Monsaraz? ; a defesa das populações e das freguesias que apregoa, divergindo da Lei, seria a mesma se o governo fosse socialista?

A resposta parece clara: se o Partido Socialista negociou e assinou o Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica onde consta o compromisso de reorganização da estrutura da administração local, seria certamente o primeiro a desenvolver todos os esforços para que a Lei se cumprisse, com benefícios para a população.

Estamos, então, perante uma posição que poderemos designar de negação à mudança, não apresentando razões que a suportem.

Baseando a audição das populações apenas nos votos expressos em Assembleias de Freguesia face a uma proposta de rejeição a qualquer tipo de mudança, então, considerando que, dos 43 membros eleitos para as Assembleias de Freguesia, 29 são do Partido Socialista (67%); dos 15 membros eleitos para a Assembleia Municipal, acrescidos dos 5 presidentes de Juntas de Freguesia, verifica-se que num total de 20 membros da Assembleia Municipal 15 são do Partido Socialista (75%); logo, a decisão final da Assembleia Municipal é garantida com os votos dos eleitos pelo Partido Socialista, mesmo que as razões referidas não sejam correctas, como já referimos.

Mas, a tomada de posição da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz não foi igual à de outras Câmaras Municipais de concelhos presididos pelo Partido Socialista.

Há vários concelhos com presidentes de Câmara Municipal socialistas que promoveram o diálogo com os partidos representados na respectiva Assembleia Municipal através de sessões pluripartidárias de franco debate, com o objectivo de encontrar um consenso favorável às populações e à reorganização da estrutura das freguesias do seu concelho, procurando o cumprimento da Lei e o benefício das populações.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

Um exemplo é o do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, presidido pelo Partido Socialista, com muitas e populosas freguesias urbanas e rurais que, através do diálogo com outros partidos e com a população, conseguiu dar forma a uma proposta de pronúncia de acordo com a Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio.

A Aliança para Mudar (coligação PSD/CDS) considera que, para assumirmos a defesa das populações e das freguesias, temos que estar juntos, coesos e unidos pois esta é a melhor forma de defender o Poder Local Democrático e os verdadeiros interesses da nossa população.

Considera também que houve insuficiente e nem sempre correcta informação, assim como não houve debates e esclarecimentos pluripartidários à população.

Face à insuficiência dos fundamentos apresentados pela Câmara Municipal após audição (de forma inadequada) das Assembleias de Freguesia, a Aliança para Mudar (coligação PSD/CDS) não se pronuncia sobre a agregação de freguesias do concelho de Reguengos de Monsaraz."

Interveio, o membro Carla Alexandra Prates Pucarinho de Carvalho, referindo que acha absurdo tanta conversa transcrita na proposta de parecer apresentado pela Aliança para Mudar, para no fim afirmarem que não se pronunciam sobre a agregação de freguesias. Quem não se quer pronunciar deve estar calado, disse. -----

Novamente, interveio o membro Maria Luísa Neves Pires da Cunha, afirmando que respeita a opinião do membro Carla Carvalho, mas que o mesmo deve ser recíproco. Reiterou que tudo o que for decidido e que não estiver de acordo com a lei é considerada uma não pronuncia. ----

Agora, usou da palavra o membro Ana Maria Férias Paixão Duarte, referindo que a Assembleia Municipal fica refém desta lei se o parecer vinculativo não estiver de acordo com a própria lei. De seguida, em nome da bancada do Partido Socialista, apresentou também uma proposta de parecer referente a este mesmo assunto, lido em voz alta, e cujo teor ora se transcreve: -----

"REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO APRESENTADA PELO PARTIDO SOCIALISTA

A Lei n.º 22/2012, de 30 de maio veio consagrar a obrigatoriedade de reorganização administrativa do território das freguesias, deixando cair todos os pressupostos, critérios e orientações plasmados no Documento Verde da Reforma da Administração Local, na Lei n.º 11/82, de 2 de junho (anterior regime de criação e extinção de freguesias) e na Lei n.º 8/93, de 5 de março (anterior regime de criação de freguesias).

A Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz reconhece a necessidade de uma reforma territorial autárquica que tenha como fim a prestação de melhores serviços às populações e a melhoria da sua qualidade



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

vida. Esse terá de ser, impreterivelmente, o fim de qualquer reforma e, por maioria de razão, o fim de qualquer reforma territorial.

A Lei n.º 22/2012 é a antítese de tudo isto, e basta ler o seu articulado, para facilmente percebermos que o seu único fim é a extinção/fusão de freguesias e consequente redução do número deste tipo de autarquias locais no nosso país.

Uma reorganização territorial autárquica, terá de debruçar-se, obrigatoriamente, sobre todos os tipos de autarquias locais consagradas constitucionalmente, não podendo ignorar as regiões administrativas. A Lei n.º 22/2012, de 30 de maio ignora-as em absoluto. Acresce que a reforma não pode ser um ato desgarrado de extinção de freguesias, sendo imperioso conhecer-se qual o novo quadro de competências e atribuições das autarquias locais, a nova lei das finanças locais e as soluções legislativas a consagrar na futura lei eleitoral autárquica.

Por tudo isto, facilmente se conclui estarmos perante uma reforma feita à pressa, sem ser estudada, e que se preocupa apenas em definir critérios matemáticos para eliminar freguesias. Por maior abertura de espírito interpretativo que esta Assembleia pudesse ter, muito dificilmente poderia ver mais algum conteúdo nesta lei aprovada pelo atual Governo.

Nem argumentos economicistas aqui poderiam vingar. É do conhecimento público que as 4259 freguesias portuguesas representam apenas 0,098 % no peso do Orçamento de Estado.

Uma reforma territorial autárquica terá de ser feita com as populações e com os autarcas. Terá de ser feita com quem vive diariamente num território e conhece os seus problemas, as suas necessidades e os seus anseios. Não podemos reformar, sentados num qualquer gabinete da capital, com um mapa sobre a mesa e de régua e esquadro na mão. Ora, todo o processo de elaboração da Lei n.º 22/2012, revelou um completo desprezo pelos contributos dados pela Associação Nacional de Municípios de Portugueses, pela Associação Nacional de Freguesias e por inúmeros municípios que se pronunciaram sobre a Proposta de Lei n.º 44/XII.

Uma reforma territorial autárquica não poderá limitar-se a fórmulas matemáticas e terá necessariamente de atender a outros fatores, nomeadamente à densidade populacional, à extensão territorial, ao tipo de povoamento, aos equipamentos e serviços de que a freguesia dispõe, às distâncias e às acessibilidades entre freguesias e a sede de concelho, a razões históricas, etc.

Numa demonstração de total desprezo e desrespeito pela vontade das populações, a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio estatui que as assembleias de freguesia poderão apresentar pareceres, que serão considerados, apenas, quando conformes com os espartilhos consagrados na lei. Acresce, que as pronúncias das assembleias municipais só serão consideradas se respeitarem os parâmetros impostos pela Lei, caso contrário não terão qualquer relevo e a reorganização das freguesias nesse território municipal será decidido por uma Unidade Técnica a funcionar junto da Assembleia da República que imporá a sua vontade aos que diariamente vivem e trabalham num território. Estamos claramente, perante uma reforma imposta e não participada pelos seus destinatários e todos sabemos quais os resultados deste tipo de reformas.



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

Ignora-se, por completo, a opinião das populações e a vontade expressa pelos órgãos que legitimamente elegeram. Só ao atual Governo PSD/CDS poderá ser assacado este comportamento autoritário e antidemocrático de total desprezo pela vontade das populações.

A Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz não despreza, nem ignora, a vontade e a opinião dos órgãos das suas freguesias e das suas populações. Pelo contrário, respeita-as e está a seu lado neste combate pela dignidade do poder local democrático. Por isso pronunciamo-nos, tomamos posição, temos voz!

A aplicação da Lei começou logo com a primeira derrota do Governo PSD/CDS com os partidos da oposição, a ANMP e a ANAFRE a recusarem indicar representantes para a constituição da Unidade Técnica.

Nestes termos, considera a Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz que a aplicação da reorganização territorial autárquica nos termos impostos pela Lei n.º 22/2012, de 30 de maio terá consequências nefastas para o concelho de Reguengos de Monsaraz, nomeadamente:

- a) Irá acentuar as assimetrias, a perda de coesão territorial, a desertificação das pequenas localidades, o isolamento das populações e o seu afastamento dos poderes públicos, dos centros de decisão e da participação democrática e cívica;*
- b) Irá colocar em risco serviços públicos que atualmente são prestados nas freguesias rurais;*
- c) Irá colocar em risco a estratégia de desenvolvimento local e política de investimentos levada a cabo pelo executivo municipal nas freguesias rurais com vista à criação de condições para a fixação das populações;*
- d) Irá dar uma machadada nas ações de desenvolvimento dos territórios das freguesias levadas a cabo pelos seus órgãos;*
- e) Vai cercear populações, nomeadamente populações idosas, de serviços de proximidade que as freguesias e os seus eleitos prestam diariamente e que estão muitos deles, para além das competências que lhe estão atribuídas;*
- f) Irá colocar em causa serviços básicos atualmente prestados às populações em áreas que vão da educação, ao apoio social, ao combate ao desemprego, passando pela cultura e o desporto;*
- g) Irá fragilizar o poder local democrático ao reduzir o número de eleitos locais que mais próximo estão das populações;*
- h) Irá criar territórios sem identidade em relação aos quais as populações não terão qualquer sentimento de pertença. Recorde-se que a organização territorial das freguesias no concelho de Reguengos de Monsaraz tem quase 25 anos, estabilizando com a criação da freguesia de Campinho, o que é bem revelador da adequação da atual organização territorial das freguesias do concelho;*
- i) Irá significar um acréscimo de custos para as populações, nomeadamente com deslocações;*
- j) Irá afetar a qualidade e operacionalidade da gestão pública e deteriorar os serviços atualmente prestados às populações.*

Considerando o supra exposto, as deliberações tomadas pelos órgãos municipais aquando da discussão da Proposta de Lei n.º 44/XII, os pareceres emitidos pelas Assembleias de Freguesia e o parecer emitido pela



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

9

Câmara Municipal na sua reunião ordinária do passado dia 8 de Agosto, a Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz delibera, nos termos do artigo 11º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio:

- a) Pronunciar-se favoravelmente à manutenção das atuais cinco freguesias que integram o território do concelho de Reguengos de Monsaraz, respeitando a vontade das populações expressa nas deliberações das Assembleias de Freguesia, órgãos que legitimamente elegeram, e que cujas sessões contaram com grande participação popular;*
- b) Repudiar qualquer extinção, fusão ou agregação de freguesias rurais no concelho de Reguengos de Monsaraz;*
- c) Realizar todos os esforços para que a flexibilidade de pronúncia da assembleia municipal prevista no artigo 7º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio seja estendida a todos os municípios, acolhendo-se as pronúncias dos órgãos deliberativos que, devidamente fundamentadas, concluem pela não aplicabilidade dos critérios do artigo 6º à realidade do seu concelho, sob pena de se tal não acontecer ser posto em causa o princípio constitucional da igualdade;*
- d) Promover todos os esforços para que sejam assegurados os princípios constitucionais do “estado de direito democrático” e do “estado unitário”, segundo os quais a “República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa” e “o Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública”;*
- e) Promover todos os esforços para que o Estado não comprometa a realização das suas tarefas fundamentais de promoção da participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais, de promoção do bem-estar e da qualidade de vida do povo, da igualdade real entre os portugueses e de promoção do desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional;*
- f) Tomar como sua pronúncia o parecer emitido pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz na sua reunião de 8 de agosto de 2012.*

Remeta-se:

- À Senhora Presidente da Assembleia da Republica;*
- Aos Grupos Parlamentares na Assembleia da Republica;*
- Ao Senhor Presidente da Republica;*
- Ao Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares;*
- Ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa;*
- À Associação Nacional de Municípios Portugueses;*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

9

- À Associação Nacional de Freguesias;
- Às Assembleias de Freguesia do concelho;
- Às Juntas de Freguesia do Concelho;
- À Comunicação Social, local, regional e nacional."

Logo em seguida, interveio o membro Manuel André Piteira Espenica para, em nome da bancada da Coligação Democrática Unitária subscrever a proposta apresentada pelo Partido Socialista.-----

Outra vez, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, afirmando que a flexibilidade da pronúncia da Assembleia Municipal, prevista no artigo 7.º da citada Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, em alguns municípios não é reconhecida, ao invés de outros na qual existe essa flexibilidade, o que é manifestamente injusto e incompreensível.-----

Novamente, o membro Maria Luísa Neves Pires da Cunha, interveio para referir que alguns partidos políticos não se entendem, não pelo conteúdo, mas pela forma. Mais disse, que estava de acordo com as populações, pelo que temos que ver o que é que podemos fazer e centrarmos-nos naquilo que nos une e não naquilo que nos separa.-----

Agora, usou da palavra o membro Luís António Rato Fonseca, referindo que está nesta Assembleia Municipal como legítimo representante da Junta de Freguesia mais nova do concelho (Campinho), para afirmar que durante muitos anos aquela freguesia foi deixada para trás, pelo que a maioria do que lá foi feito, foi obra de toda a população.-----

De seguida, interveio o membro Jorge Miguel Martins Berjano Nunes, sublinhando o quão importante é a existência das Juntas de Freguesia, pelo que seria muito triste, enquanto autarcas, ficarmos amputados daquilo que é um dos pilares da dinâmica do nosso concelho. Mais disse que é um orgulho o concelho de Reguengos de Monsaraz estar à frente, em diversas valências, no Alentejo Central, facto motivado pela dinâmica imprimida pela Câmara Municipal, pela Assembleia Municipal, pelas Juntas de Freguesia e pelas Assembleias de Freguesia, que transformaram este concelho num dos mais prósperos do Alentejo.-----

Outra vez, interveio o membro Ana Maria Férias Paixão Duarte, para ressaltar e ressaltar de forma pragmática e de modo muito enfático que a proposta de parecer do Partido Socialista



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

9

ora apresentada, a ser aprovada, quem vai decidir a reorganização administrativa do território das freguesias no concelho de Reguengos de Monsaraz vão ser os técnicos da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT) e irão ser ultrapassados todos os pareceres da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal e das Assembleias de Freguesia. Mais disse, que fique bem claro, que a posição e o parecer da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT) vai ser ao arrepio da vontade das populações. -----

Interveio, em seguida, o membro António José Bico Medinas, sublinhando o sinal transmitido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e pela Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), ambas presididas por autarcas do Partido Social Democrata, que rejeitaram a integração de seus representantes na referida Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT). -----

Usou da palavra, em seguida, o membro Maria Manuela Pinto Guelindim, frisando que se não for a Assembleia Municipal a tomar uma decisão sobre esta reorganização administrativa do território das freguesias e se for a Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT) iremos perder 15% do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF).-----

Novamente, interveio o membro Ana Maria Férias Paixão Duarte, frisando que acha que há confusão por parte da Aliança para Mudar, já que a proposta de parecer do Partido Socialista é muito clara – não queremos a agregação de freguesias – indo, assim, ao encontro da vontade das populações das diversas freguesias do concelho. Assim, disse, a posição do Partido Socialista é aquela que as populações querem.-----

Interveio, agora, o membro Rita Isabel Belo Medinas, afirmando que não nos vão retirar 15% do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), o que irá suceder é que não iremos receber esse aumento de 15%. Porém, disse, ainda assim o entendimento da Aliança para Mudar seja o de não se pronunciarem, e caso entenderem que deve haver pronúncia então que façam uma proposta concreta sobre a aludida reorganização administrativa do território das freguesias deste concelho de Reguengos de Monsaraz.-----

Voltou a intervir o membro Jorge Miguel Martins Berjano Nunes para sublinhar que o aumento de 15% do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) é para a freguesia que for



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

criada no âmbito da presente agregação, até ao final do mandato seguinte à agregação. Assim, disse, que para o Partido Socialista é fundamental que se mantenham as cinco freguesias do concelho de Reguengos de Monsaraz. -----

Ainda, voltou a usar da palavra o membro Maria Luísa Neves Pires da Cunha, afirmando que esta situação só está a acontecer porque foi o Partido Socialista que levou o País a pedir ajuda externa. Quem se comprometeu foi o Partido Socialista. O Partido Socialista está contra esta reorganização porque foi o Partido Social Democrata a fazer esta lei, disse.-----

Mais uma vez, voltou a intervir o senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, frisando que o Memorando com a Troika foi assinado pelos três partidos políticos (PS, PSD e PP) e que ele só surge porque não foi aceite o denominado PEC4. Ademais, refere que a reorganização administrativa do território surge para quebrar o elo mais fraco - as Freguesias -, pelo que não nos solicitem agora que estejamos de acordo com uma coisa que nada tem a haver com o Memorando da Troika. Mais disse, se alguma vez tiver que decidir alguma posição contra as populações em nome de valores economicistas, então isso terá um nome e certamente que não o fará em nome da democracia. -----

Interveio o membro Leonel de Jesus Valadas Godinho, referindo as características de cada uma das freguesias e a sua identidade própria, pelo que a proposta de parecer do Partido Socialista é a mais correta. -----

Voltou a intervir, o membro Rita Isabel Belo Medinas para reiterar que estamos a tomar uma posição para não agregação de qualquer freguesia deste concelho de Reguengos de Monsaraz e que esta Assembleia Municipal continua à espera de uma proposta concreta nesse sentido por parte da Aliança para Mudar.-----

Ainda, outra vez, voltou a usar da palavra o membro Maria Luísa Neves Pires da Cunha, afirmando que não é o aumento dos 15% do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) que validam as posições dos membros da Aliança para Mudar. Finalizou, referindo que se lhe conseguirem garantir que a proposta de parecer apresentada pelo Partido Socialista determinará que se mantêm as quatro freguesias rurais deste concelho de Reguengos de Monsaraz, certamente que contarão com o apoio dos membros da Aliança para Mudar.-----

Finalmente, voltou a intervir o membro Ana Maria Férias Paixão Duarte, para convidar os



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

9

membros da Aliança para Mudar a associarem-se à proposta de parecer apresentada pelo Partido Socialista. -----

Seguidamente, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Carlos Tavares Singéis, colocou à aprovação a admissão da proposta de parecer apresentada pela Aliança para Mudar, tendo sido reprovada, por maioria, com dezassete votos a favor da sua não admissão, por parte dos membros José Carlos Tavares Singéis, Ana Maria Férias Paixão Duarte, Manuel André Piteira Espenica, Gracinda Rosa Canhão Calisto, Joaquim José Ramalhosa Passinhas, António Joaquim dos Lóios Paulo, Dário Alexandre Velada dos Santos, Rita Isabel Belo Medinas, Júlio Manuel Cachopas Colaço Valido, Élia de Fátima Janes Quintas, Carla Alexandra Prates Pucarinho de Carvalho, Leonel de Jesus Valadas Godinho, António José Bico Medinas, Inácio Rodrigues Gaspar, Jorge António Almeida Ramalho, Jorge Miguel Martins Berjano Nunes e Luís António Rato Fonseca e dois votos a favor da sua admissão dos membros Maria Luísa Neves Pires da Cunha e Maria Manuela Pinto Guelindim. -----

Igualmente, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Carlos Tavares Singéis, colocou à aprovação a admissão da proposta de parecer apresentada pelo Partido Socialista, tendo sido aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor dos membros José Carlos Tavares Singéis, Ana Maria Férias Paixão Duarte, Manuel André Piteira Espenica, Gracinda Rosa Canhão Calisto, Joaquim José Ramalhosa Passinhas, António Joaquim dos Lóios Paulo, Dário Alexandre Velada dos Santos, Rita Isabel Belo Medinas, Júlio Manuel Cachopas Colaço Valido, Élia de Fátima Janes Quintas, Carla Alexandra Prates Pucarinho de Carvalho, Leonel de Jesus Valadas Godinho, António José Bico Medinas, Inácio Rodrigues Gaspar, Jorge António Almeida Ramalho, Jorge Miguel Martins Berjano Nunes e Luís António Rato Fonseca e dois votos de abstenção dos membros Maria Luísa Neves Pires da Cunha e Maria Manuela Pinto Guelindim, tendo estes dois últimos membros referido que o seu sentido de voto de abstenção teve em conta a acusação pelo que o Partido Socialista relativamente ao Governo de Portugal. -----

Ponderado, apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor dos membros José Carlos Tavares Singéis, Ana Maria Férias Paixão Duarte, Manuel André Piteira Espenica, Gracinda Rosa Canhão Calisto, Joaquim José Ramalhosa Passinhas, António Joaquim dos Lóios Paulo, Dário



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

Alexandre Velada dos Santos, Rita Isabel Belo Medinas, Júlio Manuel Cachopas Colaço Valido, Élia de Fátima Janes Quintas, Carla Alexandra Prates Pucarinho de Carvalho, Leonel de Jesus Valadas Godinho, António José Bico Medinas, Inácio Rodrigues Gaspar, Jorge António Almeida Ramalho, Jorge Miguel Martins Berjano Nunes e Luís António Rato Fonseca e dois votos de abstenção dos membros Maria Luísa Neves Pires da Cunha e Maria Manuela Pinto Guelindim, efetuar a seguinte pronúncia sobre a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio:-----

a) A Lei n.º 22/2012, de 30 de maio veio consagrar a obrigatoriedade de reorganização administrativa do território das freguesias, deixando cair todos os pressupostos, critérios e orientações plasmados no Documento Verde da Reforma da Administração Local, na Lei n.º 11/82, de 2 de junho (anterior regime de criação e extinção de freguesias) e na Lei n.º 8/93, de 5 de março (anterior regime de criação de freguesias).-----

A Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz reconhece a necessidade de uma reforma territorial autárquica que tenha como fim a prestação de melhores serviços às populações e a melhoria da sua qualidade vida. Esse terá de ser, impreterivelmente, o fim de qualquer reforma e, por maioria de razão, o fim de qualquer reforma territorial.-----

A Lei n.º 22/2012 é a antítese de tudo isto, e basta ler o seu articulado, para facilmente percebermos que o seu único fim é a extinção/fusão de freguesias e consequente redução do número deste tipo de autarquias locais no nosso país.-----

Uma reorganização territorial autárquica, terá de debruçar-se, obrigatoriamente, sobre todos os tipos de autarquias locais consagradas constitucionalmente, não podendo ignorar as regiões administrativas. A Lei n.º 22/2012, de 30 de maio ignora-as em absoluto. Acresce que a reforma não pode ser um ato desgarrado de extinção de freguesias, sendo imperioso conhecer-se qual o novo quadro de competências e atribuições das autarquias locais, a nova lei das finanças locais e as soluções legislativas a consagrar na futura lei eleitoral autárquica. --

Por tudo isto, facilmente se conclui estarmos perante uma reforma feita à pressa, sem ser estudada, e que se preocupa apenas em definir critérios matemáticos para eliminar freguesias. Por maior abertura de espírito interpretativo que esta Assembleia pudesse ter, muito



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

difícilmente poderia ver mais algum conteúdo nesta lei aprovada pelo atual Governo.-----

Nem argumentos economicistas aqui poderiam vingar. É do conhecimento público que as 4259 freguesias portuguesas representam apenas 0,098 % no peso do Orçamento de Estado.---

Uma reforma territorial autárquica terá de ser feita com as populações e com os autarcas. Terá de ser feita com quem vive diariamente num território e conhece os seus problemas, as suas necessidades e os seus anseios. Não podemos reformar, sentados num qualquer gabinete da capital, com um mapa sobre a mesa e de régua e esquadro na mão. Ora, todo o processo de elaboração da Lei n.º 22/2012, revelou um completo desprezo pelos contributos dados pela Associação Nacional de Municípios de Portugueses, pela Associação Nacional de Freguesias e por inúmeros municípios que se pronunciaram sobre a Proposta de Lei n.º 44/XII. -----

Uma reforma territorial autárquica não poderá limitar-se a fórmulas matemáticas e terá necessariamente de atender a outros fatores, nomeadamente à densidade populacional, à extensão territorial, ao tipo de povoamento, aos equipamentos e serviços de que a freguesia dispõe, às distâncias e às acessibilidades entre freguesias e a sede de concelho, a razões históricas, etc. -----

Numa demonstração de total desprezo e desrespeito pela vontade das populações, a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio estatui que as assembleias de freguesia poderão apresentar pareceres, que serão considerados, apenas, quando conformes com os espartilhos consagrados na lei. Acresce, que as pronúncias das assembleias municipais só serão consideradas se respeitarem os parâmetros impostos pela Lei, caso contrário não terão qualquer relevo e a reorganização das freguesias nesse território municipal será decidido por uma Unidade Técnica a funcionar junto da Assembleia da República que imporá a sua vontade aos que diariamente vivem e trabalham num território. Estamos claramente, perante uma reforma imposta e não participada pelos seus destinatários e todos sabemos quais os resultados deste tipo de reformas. -----

Ignora-se, por completo, a opinião das populações e a vontade expressa pelos órgãos que legitimamente elegeram. Só ao atual Governo PSD/CDS poderá ser assacado este comportamento autoritário e antidemocrático de total desprezo pela vontade das populações.

A Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz não despreza, nem ignora, a vontade e a



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

9

opinião dos órgãos das suas freguesias e das suas populações. Pelo contrário, respeita-as e está a seu lado neste combate pela dignidade do poder local democrático. Por isso pronunciamo-nos, tomamos posição, temos voz! -----

A aplicação da Lei começou logo com a primeira derrota do Governo PSD/CDS com os partidos da oposição, a ANMP e a ANAFRE a recusarem indicar representantes para a constituição da Unidade Técnica. -----

Nestes termos, considera a Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz que a aplicação da reorganização territorial autárquica nos termos impostos pela Lei n.º 22/2012, de 30 de maio terá consequências nefastas para o concelho de Reguengos de Monsaraz, nomeadamente:-----

- i) Irá acentuar as assimetrias, a perda de coesão territorial, a desertificação das pequenas localidades, o isolamento das populações e o seu afastamento dos poderes públicos, dos centros de decisão e da participação democrática e cívica; -----
- ii) Irá colocar em risco serviços públicos que atualmente são prestados nas freguesias rurais;-----
- iii) Irá colocar em risco a estratégia de desenvolvimento local e política de investimentos levada a cabo pelo executivo municipal nas freguesias rurais com vista à criação de condições para a fixação das populações;-----
- iv) Irá dar uma machadada nas ações de desenvolvimento dos territórios das freguesias levadas a cabo pelos seus órgãos;-----
- v) Vai cercear populações, nomeadamente populações idosas, de serviços de proximidade que as freguesias e os seus eleitos prestam diariamente e que estão muitos deles, para além das competências que lhe estão atribuídas; -----
- vi) Irá colocar em causa serviços básicos atualmente prestados às populações em áreas que vão da educação, ao apoio social, ao combate ao desemprego, passando pela cultura e o desporto;-----
- vii) Irá fragilizar o poder local democrático ao reduzir o número de eleitos locais que mais próximo estão das populações;-----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

- viii) Irá criar territórios sem identidade em relação aos quais as populações não terão qualquer sentimento de pertença. Recorde-se que a organização territorial das freguesias no concelho de Reguengos de Monsaraz tem quase 25 anos, estabilizando com a criação da freguesia de Campinho, o que é bem revelador da adequação da atual organização territorial das freguesias do concelho; -----
- ix) Irá significar um acréscimo de custos para as populações, nomeadamente com deslocações;-----
- x) Irá afetar a qualidade e operacionalidade da gestão pública e deteriorar os serviços atualmente prestados às populações.-----

Considerando o supra exposto, as deliberações tomadas pelos órgãos municipais aquando da discussão da Proposta de Lei n.º 44/XII, os pareceres emitidos pelas Assembleias de Freguesia e o parecer emitido pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária do passado dia 8 de Agosto, a Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz delibera, nos termos do artigo 11º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio:-----

- i) Pronunciar-se favoravelmente à manutenção das atuais cinco freguesias que integram o território do concelho de Reguengos de Monsaraz, respeitando a vontade das populações expressa nas deliberações das Assembleias de Freguesia, órgãos que legitimamente elegeram, e que cujas sessões contaram com grande participação popular;-----
- ii) Repudiar qualquer extinção, fusão ou agregação de freguesias rurais no concelho de Reguengos de Monsaraz;-----
- iii) Realizar todos os esforços para que a flexibilidade de pronúncia da assembleia municipal prevista no artigo 7º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio seja estendida a todos os municípios, acolhendo-se as pronúncias dos órgãos deliberativos que, devidamente fundamentadas, concluam pela não aplicabilidade dos critérios do artigo 6º à realidade do seu concelho, sob pena de se tal não acontecer ser posto em causa o princípio constitucional da igualdade;-----
- iv) Promover todos os esforços para que sejam assegurados os princípios constitucionais do “estado de direito democrático” e do “estado unitário”, segundo os quais a “República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
Assembleia Municipal

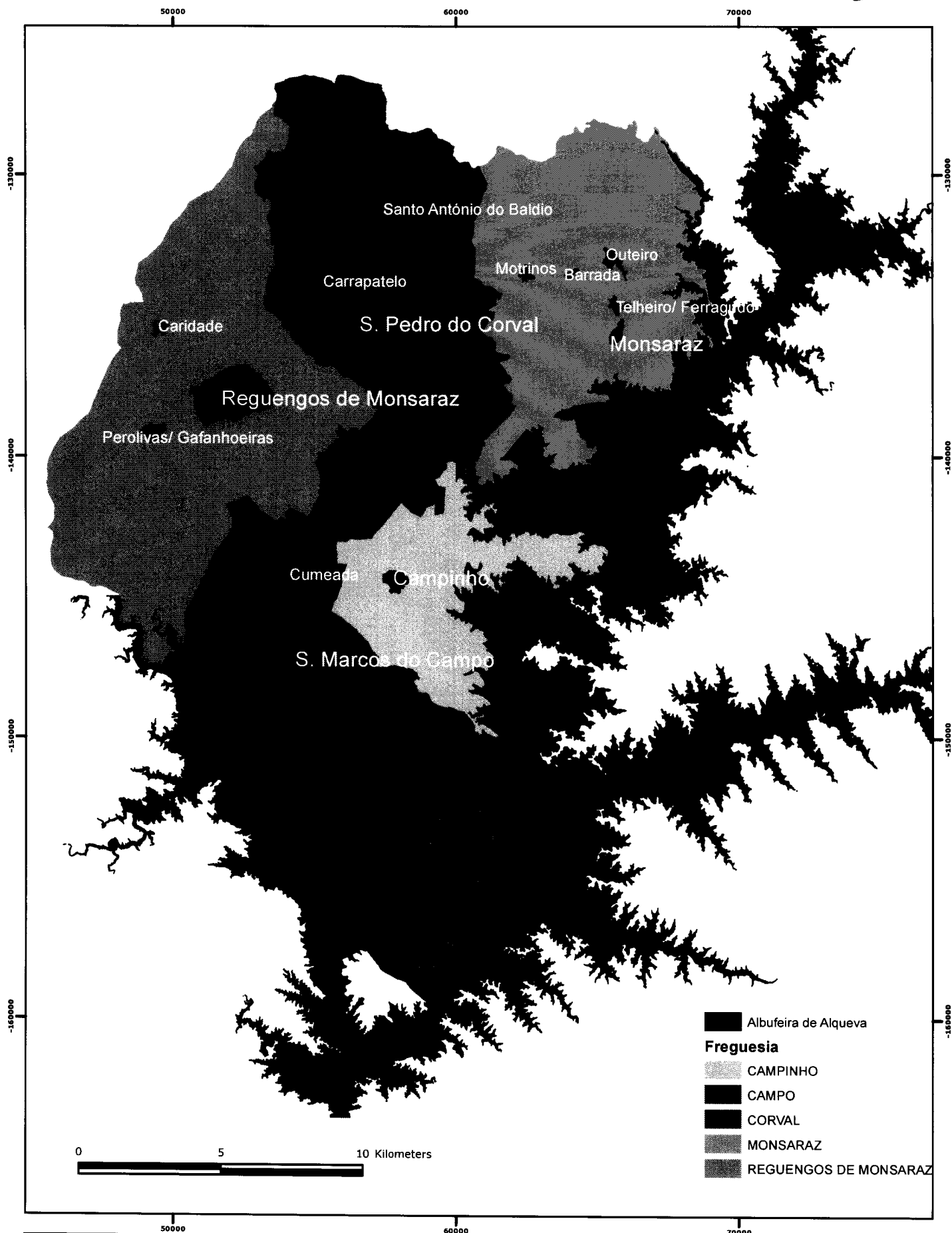
expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa” e “o Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública”;-----

- v) Promover todos os esforços para que o Estado não comprometa a realização das suas tarefas fundamentais de promoção da participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais, de promoção do bem-estar e da qualidade de vida do povo, da igualdade real entre os portugueses e de promoção do desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional;-----
- vi) Tomar como sua pronúncia o parecer emitido pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz na sua reunião de 8 de agosto de 2012.-----
- b) Remeter a presente pronúncia à senhora Presidente da Assembleia da Republica; aos Grupos Parlamentares na Assembleia da Republica; ao senhor Presidente da Republica; ao senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares; ao senhor Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa; à Associação Nacional de Municípios Portugueses; à Associação Nacional de Freguesias; às Assembleias de Freguesia de Campinho, Campo, Corval, Monsaraz e Reguengos de Monsaraz; às Juntas de Freguesia Campinho, Campo, Corval, Monsaraz e Reguengos de Monsaraz; e aos órgão de Comunicação Social, local, regional e nacional.-----

----- Paços do Município de Reguengos de Monsaraz, 24 de setembro de 2012 -----

O Funcionário

João Manuel Paias Gaspar

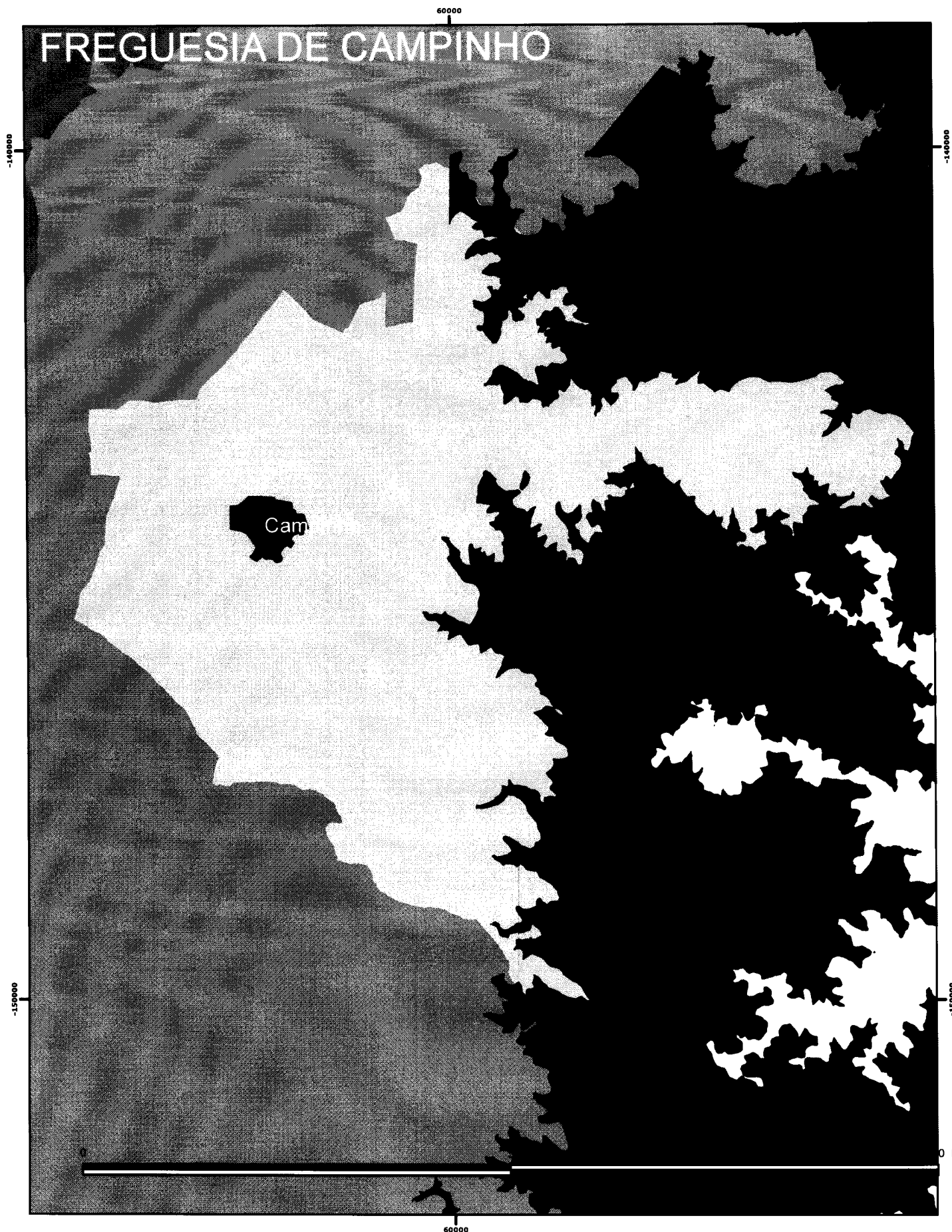


Definição e delimitação dos limites territoriais das Freguesias do Concelho de Reguengos de Monsaraz

Datum 73 Hayford Gauss IPCC

Outubro de 2012

FONTE(S):
CAOP 2012

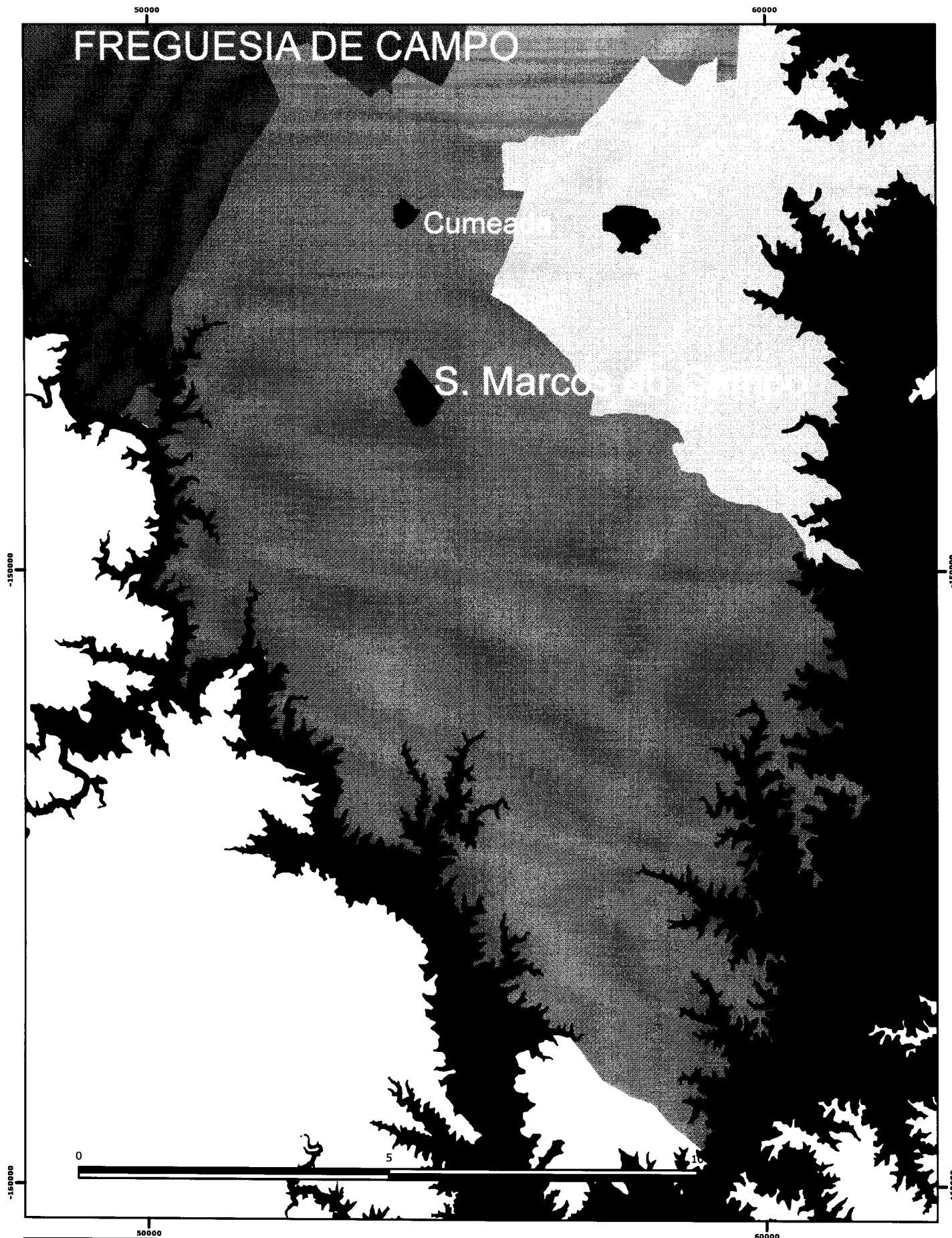


**Definição e delimitação dos limites territoriais das
Freguesias do Concelho de Reguengos de Monsaraz**

Datum 73 Hayford Gauss IPCC

Outubro de 2012

FONTE(S):
CAOP 2012

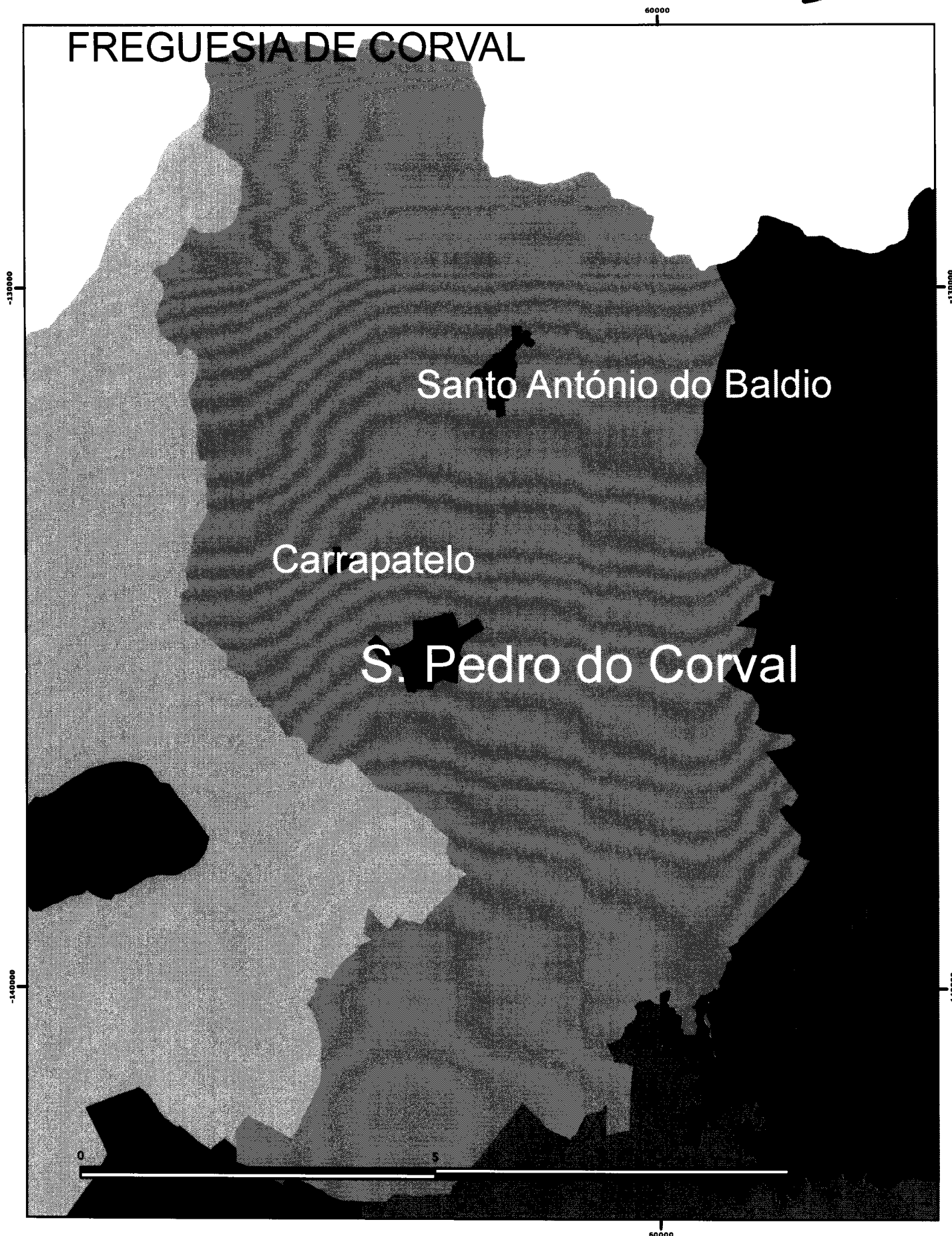


**Definição e delimitação dos limites territoriais das
Freguesias do Concelho de Reguengos de Monsaraz**

Datum 73 Hayford Gauss IPCC

Outubro de 2012

FONTE(S):
CAOP 2012



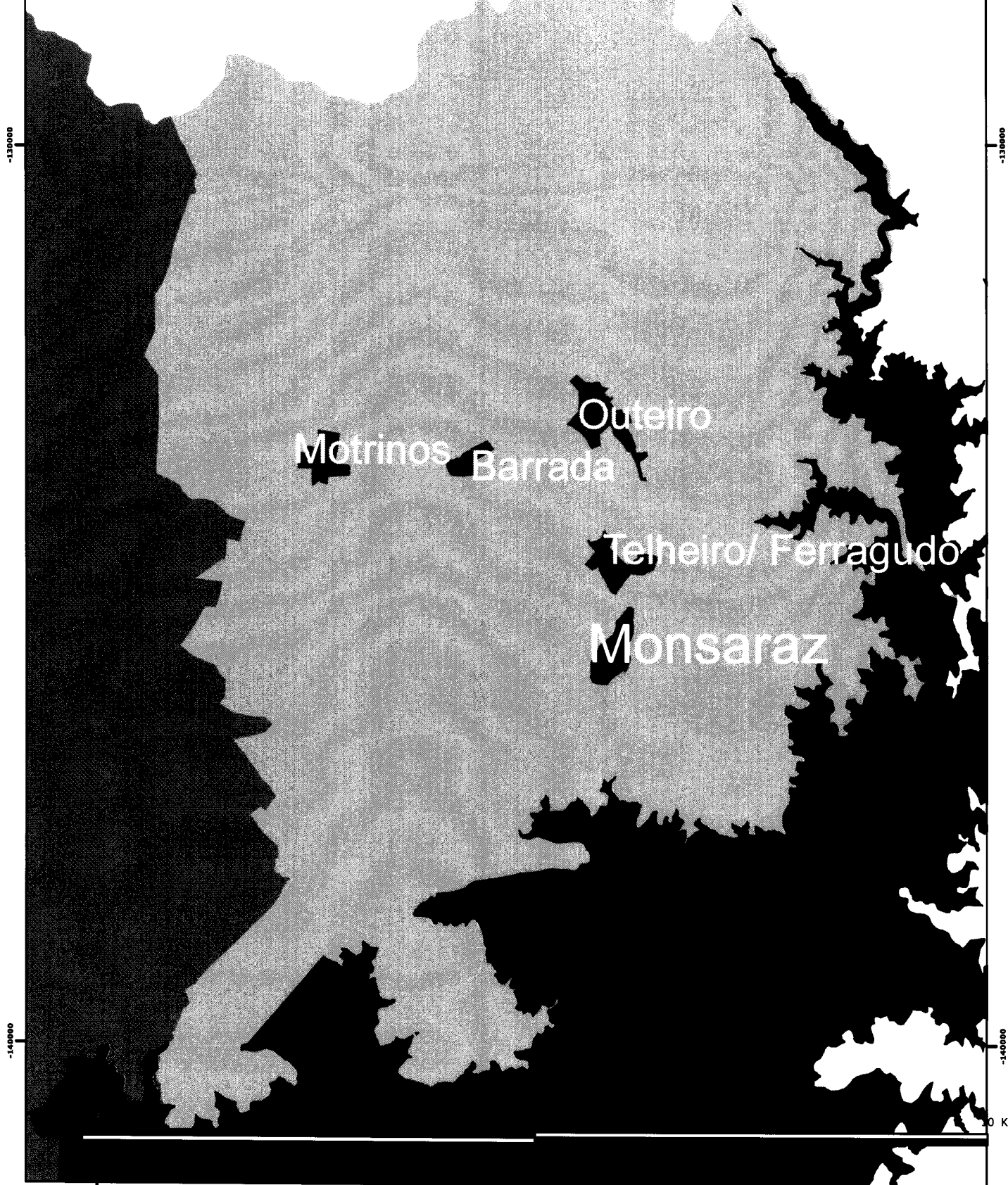
**Definição e delimitação dos limites territoriais das
Freguesias do Concelho de Freguesias de Monsaraz**

Datum 73 Hayford Gauss IPCC

Outubro de 2012

FONTE(S):
CAOP 2012

FREGUESIA DE MONSARAZ



Definição e delimitação dos limites territoriais das Freguesias do Concelho de Reguengos de Monsaraz

Datum 73 Hayford Gauss IPCC

Outubro de 2012

FONTE(S):
CAOP 2012



Verificação e delimitação dos limites territoriais das
Freguesias do Concelho de Reguengos de Monsaraz

Datum 73 Hayford Gauss IPCC

Outubro de 2012

FONTE(S):
CAOP 2012



Doc. 8

Handwritten signatures and notes in the top right corner.

Parecer

Emitido pela Assembleia de Freguesia de Campinho nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 11.º e artigo 12.º, ambos da lei n.º 22/2012, de 30 de maio.

A reorganização administrativa do território das freguesias, rege-se pela lei nº 22/2012, de 30 de Maio, aprovada pelo atual governo na Assembleia da Republica.

Esta lei obriga à extinção de 25% das Freguesias a nível nacional nos concelhos de nível 3.

Infelizmente, tal como a maioria dos concelhos a nível nacional, o concelho de Reguengos de Monsaraz está incluído neste nível e se, aquando dos critérios apresentados no livro verde, nos deixava a todos despreocupados, e a todos, referimo-nos não só a nós população do Campinho mas a todas as populações que compõem as cinco Freguesias do concelho de Reguengos de Monsaraz, uma vez que, todas elas reuniam os requisitos necessários para que nenhuma fosse extinta. Esta lei feita a régua e esquadro obriga ao encerramento de uma das cinco freguesias do nosso concelho.

Assim, com esta lei, no nosso entender não será uma mas sim duas Freguesias do concelho de Reguengos a serem extintas uma vez que da agregação de duas Freguesias, resultará um novo nome que será (União das Freguesias) precedido com o nome das Freguesias agregadas e com um novo número de pessoa coletiva.

A Freguesia de Campinho foi criada a 23 de Maio de 1988 por um projeto apresentado pelo partido comunista português na Assembleia da Republica, a quem desde já, dirigimos os nossos sinceros agradecimentos e a todas as pessoas que participaram no seu processo.

A nossa Freguesia é assim a mais nova das cinco Freguesias do concelho. No próximo ano, a 23 de Maio irá festejar os seus 25 anos de existência e é por isso que hoje aqui estamos todos em defesa da sua



Handwritten signatures and notes in the top right corner, including the name 'Freguesia' and a signature that appears to be 'Jamil'.

manutenção, para que, para o ano não seja o seu último aniversário como Freguesia.

Vinte e cinco anos numa Freguesia poderá parecer muito pouco, mas não são, e isso reflete-se nas memórias que todas as pessoas desta comunidade têm, pois em tempos que já lá vão, tinham que andar de mão estendida ao nosso vizinho do lado a pedir aquilo que era nosso por direito.

A população do Campinho referencia-se como, uma comunidade aberta, acolhedora e com um enorme espírito voluntário perante os desafios com que sempre se deparou na defesa dos seus interesses e na proteção do seu património social e cultural.

Podemos e devemos assim afirmar com todo o orgulho e frontalidade que em apenas 24 anos soube sair, por mérito próprio, do vazio rural ao qual tinha sido mantida até então pelo poder local.

Já há alguns anos que a sociedade política fala na Democracia Participada para fazer passar a ideia de que é possível uma maior participação da sociedade civil na estruturação social e cultural das comunidades. Não é só esta assembleia que, por unanimidade, reconhece que, se na maioria dos casos não passou de uma intenção política, no Campinho isso foi posto em prática, é também toda a sociedade civil e política de todo o concelho a reconhecer e valorizar.

Não temos dúvidas de que, só com este espírito que é próprio desta comunidade, foi possível em apenas 24 anos construir toda uma série de equipamentos essenciais e necessários, ao bem estar de toda a população do Campinho e de quem nos visita.

A nossa sede da Junta de Freguesia tem um valor acrescentado pois resulta de uma grande força de vontade e empenho de um grupo de pessoas que voluntariamente se empenharam na sua construção. Este projeto custou aos cofres da Junta apenas 680 contos. É neste edifício que se faz toda a gestão da freguesia e se prestam os diversos serviços sociais a toda a população.

No dia 28 de Junho de 2003 foi inaugurada a sede da Freguesia e foi também feita a escritura pública da Associação de Desenvolvimento Económico Social e Cultural Gente Nova de Campinho. Esta associação tem como objeto apoiar e incentivar o desenvolvimento sustentável da região onde se insere, em particular da freguesia de Campinho, intervindo e desenvolvendo projetos e iniciativas nas áreas sócio económica, ambiental,

cultural, educação, formação, desporto e recreação, nos quais procurará envolver participativamente a população, em especial, a mais jovem, promovendo assim, o desenvolvimento das suas capacidades de intervenção social e cívica. Toda a população do Campinho passou a dispor de duas entidades que, em parceria e através de protocolo e com muito trabalho voluntário nos foi possível angariar e criar receitas extras com as quais temos requalificado e adquirido património, património este que está ao serviço de toda a comunidade do Campinho e de quem nos visita.

Foi esta parceria que nos permitiu a construção do nosso Espaço Cultural. Neste espaço toda a população dispõe: do espaço Internet, sala para formação, sala para exposições, biblioteca e área de convívio. Para a área da formação foi feito um protocolo com a empresa de consultadoria e formação Partner Hotel o que, nos permitiu proporcionar a muitas pessoas do Campinho, a aquisição do R. V. C. C. para prosseguimento de estudos e assim conseguirem formação de equivalência ao sexto, nono e décimo segundo ano de escolaridade. Foram também feitos cursos na área da informática, gastronomia e doçaria conventual. As exposições são permanentes alternando entre artistas nacionais e estrangeiros. Esta obra teve um investimento no valor de 132 mil euros.

Este investimento, todo ele suportado pela Junta de Freguesia, só foi possível através de protocolo celebrado entre a Junta de Freguesia e a Associação de Desenvolvimento Local (Gente Nova).

Também a aquisição do imóvel sito na rua da Junqueira, no qual funciona o nosso centro logístico, só foi possível realizar-se através da parceria entre a Junta de Freguesia e a Associação Gente Nova, tendo a Associação prestado apoio financeiro, no valor de vinte mil euros, para a sua aquisição no valor de cinquenta mil euros.

Como não temos a memória curta, todos nós, nos lembramos daquilo que passamos durante anos a fio com a falta de água e as ruas praticamente intransitáveis. Não temos dúvidas que a nossa determinação em afirmar o potencial que a nossa Freguesia obteve com a proximidade do plano de água do grande Lago do Alqueva, muito contribuiu para que o município investisse cerca de um milhão, quinhentos e sessenta e seis mil euros, na renovação das Infraestruturas básicas do Campinho. Após estas obras todas as ruas da Aldeia foram repavimentadas.

Campinho é uma das dezasseis Aldeias Ribeirinhas nas quais estavam previstas obras de requalificação através do programa PEAQOA. A nossa Aldeia



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including names like "Jamil" and "Ricardo".

foi contemplada com obra de requalificação da praça Bernardino José Cruz. Este projeto com a denominação "Campinho 21" contou com um investimento do Município no valor de cento e cinquenta e dois mil euros, e com seis mil, trezentos e cinquenta euros, da Junta de Freguesia. Foi também através deste programa que o Município adquiriu e colocou o cais náutico no nosso parque de merendas, no valor de noventa mil euros.

Das dezasseis Aldeias Ribeirinhas o Campinho foi a pioneira na promoção, divulgação e aproveitamento do plano de água do Grande Lago do Alqueva. Fomos nós os primeiros, com o apoio da Camara Municipal e das diversas associações, que organizámos as mais diversas modalidades de provas desportivas no meio aquático tais como: primeira prova de motonáutica, provas de hovercraft, vela clássica, prova do circuito Ibérico catamaran, provas do campeonato nacional de pesca embarcada ao achigã e provas de natação com travessia a nado do Lago de Alqueva.

Todo este trabalho, assumido voluntariamente pelos membros da Associação Gente Nova, permitiu-nos atingir dois objetivos. O primeiro objetivo foi criar receitas através da Associação e que depois reverteram na aquisição de imóveis e apoio social. O segundo objetivo foi atrair pessoas de forma massiva para promoção da nossa Aldeia com projeção em todo o concelho. O primeiro impacto desta afluência de público à nossa Aldeia reflete-se, para já nas cerca de dez casas de segunda habitação que já existem no Campinho.

Continuamos a querer mais e o melhor para a nossa população. E apesar da grande crise económica, com que todo o poder local hoje em dia se depara, nós não paramos. Em parceria, a Camara Municipal, a Junta de Freguesia e a Associação Gente Nova têm em curso três obras de grande importância. Todas elas contribuem em grande forma para o bem estar da população sendo que, uma delas deverá gerar receita. Na área da saúde e apoio social, acrescentar à nossa extensão mais uma sala para enfermagem, zona de retenção de resíduos orgânicos, espaço para o voluntariado e o Balcão Social. Com este espaço a funcionar pretendemos, prestar todo o apoio social possível a toda a população do Campinho. No bairro Dona Amélia Rojão será construído o parque infantil e uma zona de lazer, com um orçamento de setenta e cinco mil euros.

O projeto Parque de Campinho é com certeza o projeto mais ambicioso a construir numa freguesia rural do concelho de Reguengos de Monsaraz. Este projeto será instalado num terreno, com área de 11,250 metros quadrados, adquirido pela Associação Gente Nova. Neste espaço serão instalados: um

parque de estacionamento, campos de jogos tradicionais, zona de lazer, campo de jogos com marcações para várias modalidades desportivas, três balneários, sanitários, circuito de manutenção com equipamento geriátrico, recinto para feiras, mercados, concertos, festividades e ainda um parque para autocaravanas. Este último espaço irá produzir receitas para a freguesia. Neste grande projeto a Câmara Municipal irá investir meio milhão de euros.

Estes são os espaços e serviços que estão à disposição da população sob a tutela da Junta de Freguesia. No entanto a população dispõe ainda do Centro Social e Paroquial do Sagrado Coração de Jesus do Campinho a funcionar com as valências de centro de dia e apoio domiciliário. Existe ainda a Sociedade Recreativa Campinhense na qual a Junta de Freguesia nos últimos anos investiu cerca de doze mil euros, na colocação de janelas de alumínio e na colocação do telhado na área da direção, bar e anexos.

A única pista para ultraleves, certificada pelo Instituto Nacional de Aviação Civil, junto ao grande lago do Alqueva é no Campinho que está construída. Esta pista foi construída com a cedência do terreno pelo proprietário, a utilização dos inertes resultantes das obras efetuadas nas estradas entre Campinho e Cumeada, Campinho e São Marcos do Campo e ainda das obras de renovação de toda a rede de abastecimento de água, esgotos pluviais e saneamento básico. Esta pista está aberta a todos os meios aéreos que nela possam operar, tem um protocolo entre o proprietário a Câmara Municipal e a Associação de Bombeiros Voluntário de Reguengos de Monsaraz.

Desde que começou a discussão, gerada pela lei 22/2012, em várias assembleias e onde vários intervenientes, usaram como argumento entre outros a antiguidade da sua freguesia, nunca ouvimos ninguém, além de nós argumentar sobre a determinação, o empenho e o espírito voluntário da sua população, pois que, sem estes valores não seria possível que uma das mais novas freguesias do país tenha, tanto ou mais equipamento ao serviço da sua população comparativamente às mais antigas do país.

Não foram as freguesias que contribuíram para a ruína em que o país se encontra e, muito menos a nossa que em apenas 24 anos criou qualidade de vida para a sua população e, sem que hoje deva nada a ninguém. Podemos sim afirmar que somos um exemplo a seguir porque, se todos tivessem evoluído à velocidade que nós evoluímos e com as contas em dia o país não estaria na miséria em que se encontra.



Esta lei é anti democrática e vai contra tudo o que nós conquistámos e só irá contribuir para o aceleramento do processo de desertificação das freguesias rurais no interior do país.

Por tudo o supraexposto, a Assembleia de Freguesia de Campinho, reunida a 20 de Julho de 2012, deliberou por unanimidade:

- a) Aprovar a proposta de parecer, apresentada e em consonância;
- b) Rejeitar de forma inequívoca a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que obriga à extinção de uma freguesia no concelho de Reguengos de Monsaraz, opondo-se veementemente à agregação de freguesias no concelho;
- c) Emitir, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 11.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, parecer negativo à reorganização administrativa do território das freguesias operada pela citada Lei, rejeitando qualquer extinção ou agregação da freguesia de Campinho;
- d) Remeter o presente parecer, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, bem como ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 11.º e artigo 12.º, ambos da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio,

Campinho, 20 de julho de 2012

Os membros da Assembleia de Freguesia de Campinho

Fernando Manuel Fali Bouleço

Artur Manuel Santa-ia

Luís Manuel Soares da Silva

Reis de Isabel Figueiredo

Isaura Maria Freixo Capucho

Manuel Joaquim Colares



Doc. 9

Assembleia de Freguesia de Campo

PARECER

Aprovado por unanimidade em sessão extraordinária de Assembleia de Freguesia de Campo realizada em 15 de Julho de 2012

Contra a Lei n.º 22/2012 – Reorganização Administrativa Territorial Autárquica

A Lei n.º 22/2012 de 30 de maio, que aprovou o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, e vem estabelecer os princípios, os parâmetros da reforma administrativa do território das freguesias e dos municípios e obrigar a uma diminuição de freguesias no País, através da agregação de freguesias.

A Freguesia de Campo tem a sua origem na Confraria do Santíssimo Sacramento da Paróquia de S. Marcos do Campo, pelo que se pode deduzir que passou a Junta de Freguesia com o decreto n.º 25, de 26 de novembro de 1830.

Dispomos de informação que em 26 de março de 1896, o Governo Civil do Distrito de Évora emitiu alvará da extinção da Confraria, devido ao seu estado de abandono, passando todos os bens da Confraria para a administração da Junta de Freguesia de S. Marcos do Campo.

Presentemente a Freguesia de Campo é constituída por duas aldeias: S. Marcos do Campo, sede de freguesia, e Cumeada. No seu início era formada por três aglomerados populacionais (S. Marcos do Campo, Cumeada e Campinho) mas devido à vontade da população do Campinho e à Lei da Assembleia da República, em 23 de maio de 1988, a aldeia de Campinho constituiu-se como Freguesia.

Segundo dados dos Censos 2011, a Freguesia de Campo apresenta um total de 688 habitantes e com uma área geográfica de 125 km², sendo de todo o concelho de Reguengos de Monsaraz a freguesia com maior dimensão geográfica, dispondo de uma vasta e diversificada fauna e flora, enriquecida de uma

Freguesia de Campo

Rua da Defesa n.º 2, S. Marcos do Campo, 7200-072 Campo R.MZ.



Assembleia de Freguesia de Campo

abundante área cinegética (muito conhecida pelas montarias ao javali, pelo que daí provem o motivo do Brasão da Freguesia de Campo apresentar dois javalis).

O facto da Freguesia de Campo ficar no regolfo do Alqueva (maior lago artificial da Europa) entre dois rios Degebe e Guadiana atribui à nossa freguesia um potencial de empreendimentos turísticos, de que se destaca o denominado "Parque Alqueva", na Herdade do Roncão D'El Rei, onde já estão investidas várias dezenas de milhões de euros, sendo que é o único Projeto de Interesse Nacional no qual o atual Governo emitiu Declaração de Interesse Estratégico do Projeto de Investimento, através do Despacho n.º 12113/2011 do Ministro da Economia e do Emprego.

De referir que a aldeia de S. Marcos do Campo dista 10Km de Reguengos de Monsaraz, sendo a Freguesia de Campo servida pelo sistema de transporte coletivo da rodoviária e esse mesmo transporte passa por S. Marcos do Campo e Cumeada, cinco vezes ao dia (em períodos escolares).

A Freguesia de Campo dispõe, no geral, de boas acessibilidades visto que a Estrada Regional 255 atravessa a Freguesia e liga o concelho de Reguengos de Monsaraz ao concelho de Portel, é uma estrada recente, o elo de ligação norte/sul pelo interior do país, nomeadamente a ligação fronteira Caia (Elvas) e ligação a Sul (Algarve).

O património histórico da Freguesia de Campo é variado e rico, dispondo de:

- igreja matriz, que se encontra documentada desde o ano de 1534;
- o cruzeiro;
- o palácio Roncão d'El-Rei;
- a igreja paroquial da Cumeada.

A Freguesia de Campo possui um prédio rústico doado por El Rei D. João VI em 27 de dezembro de 1825 à população de S. Marcos do Campo, com uma área de 84,9500 ha, denominado "Baldio".

No que se refere a equipamentos coletivos e serviços à comunidade, a Freguesia de Campo dispõe:

- Espaço Internet, na sede da Freguesia;
- Posto médico;
- Jardim de infância;

Freguesia de Campo

Rua da Defesa n.º 2, S. Marcos do Campo, 7200-072 Campo R.MZ.



Assembleia de Freguesia de Campo

- Escola Primária;
- Polidesportivo a campo aberto, com balneários e sanitários;
- Praça de Touros;
- Jardim público;
- Sanitários públicos;
- Casa mortuária (2);
- Cemitério;
- Centro de Dia e Lar para a Terceira Idade;
- Posto de Farmácia;
- Sociedade Harmonia;
- Centro Cultural;
- Cafés (8);
- Mercearias (7);
- Sapataria;
- Padaria;
- Queijaria;
- Oficina de Reparação de Frio;
- Comércio e Oficina de Reparação de Material Náutico e Agrícola;
- Oficina de Reparação e Manutenção de Veículos Automóveis.

Na Freguesia de Campo existem as seguintes associações/coletividades:

- Associação de Solidariedade Social de S. Marcos do Campo;
- Associação de Caçadores e Pescadores de S. Marcos do Campo;
- Centro Cultural Cumeadense;
- Rota da Água – Associação de Desenvolvimento Local da Freguesia de Campo;
- Sociedade Harmonia Sanmarquense;
- Grupo Instrumental "Os Lírios do Campo".

A Junta de Freguesia de Campo presta os seguintes serviços/apoio à população:

!

Freguesia de Campo

Rua da Defesa n.º 2, S. Marcos do Campo, 7200-072 Campo R.MZ.



Assembleia de Freguesia de Campo

- transporte escolar aos alunos do jardim de infância de S. Marcos do Campo e aos alunos da Escola Básica n.º 1 residentes na aldeia da Cumeada e nos Montes da Freguesia (percorrendo diariamente 180kms);
- auxílio à população na entrega de declarações Modelo 3 – IRS;
- transporte de doentes, para o posto médico de S. Marcos do Campo, por motivos de consulta, tratamentos ou vacina;
- marcação de exames e consultas por telefone;
- fotocópias;
- de trator, roçadeira, corta-relvas.

A Freguesia de Campo é uma freguesia dinâmica e fortemente ligada aos fatores históricos e culturais, uma prova disso é a estátua que se encontra na rotunda à entrada principal da aldeia de S. Marcos do Campo, monumento construído em 2009, como forma de homenagem ao ilustre cavaleiro tauromáquico José Mestre Batista, natural da Freguesia de Campo e que fez conhecer a Freguesia de Campo a nível internacional.

Considerando que as freguesias são parte integrante do processo democrático, instituído com a revolução de abril de 1974, e que a descentralização administrativa assegura a concretização do princípio da subsidiariedade, da eficácia e da proximidade dos cidadãos; tendo em conta que a legitimidade democrática das freguesias emana das eleições locais, e que pela sua proximidade às populações são o órgão mais democrático de todo o sistema político português.

Constata-se assim, que este Governo através desta reforma autárquica, visa sobretudo extinguir freguesias, contra a vontade e contra os interesses das populações locais.

Se o disposto na mencionada lei se concretizar as consequências serão trágicas, pois para além da perda do número de autarcas eleitos, que são o elo de ligação entre as populações, sobretudo em meios rurais, a agregação de freguesias impedirá a implementação de serviços de âmbito social inerentes ao bem-estar das populações, visto que as freguesias têm uma importância fulcral, desempenham um papel decisivo na prossecução dos interesses das populações.

Freguesia de Campo

Rua da Defesa n.º 2, S. Marcos do Campo, 7200-072 Campo R.MZ.



Assembleia de Freguesia de Campo

Com a aprovação desta Lei, o concelho de Reguengos de Monsaraz está obrigado a que se reduza de cinco para quatro, o número de freguesias existentes no concelho.

O concelho de Reguengos de Monsaraz não tem freguesias em demasia, pelo que entendemos que qualquer reorganização administrativa do território deverá corresponder à vontade das populações e não contra a vontade das mesmas.

É importante salientar que as freguesias são de extrema importância, devido ao apoio que prestam às suas populações.

Na Freguesia de Campo a população é predominantemente envelhecida, pelo que se depara com uma necessidade acrescida no apoio aos seus fregueses, pois:

- é à Junta de Freguesia que os mais idosos se dirigem quando recebem uma carta;
- é à Junta de Freguesia que se dirigem quando necessitam de marcar os seus exames ou consultas médicas;
- é à Junta de Freguesia que vão quando têm que cumprir obrigações relativas ao cumprimento de obrigações fiscais, por exemplo a entrega da Declaração Modelo 3 de IRS;
- é à Junta de Freguesia que se dirigem quando pretendem uma redução na taxa dos telefones, ou quando necessitam de qualquer outro tipo de esclarecimento;
- é para a Junta de Freguesia que telefonam quando necessitam de transporte para se deslocarem ao posto médico, quer por motivos de doença quer para tratamentos ambulatoriais ou vacinas;
- é na Junta de Freguesia que se encontra o apoio que toda a população necessita por, na maior parte dos casos, os familiares estarem longe.

A Junta de Freguesia é uma porta aberta à população que está sempre disposta a ajudar e a apoiar.

Não podemos compactuar com a TROIKA e com o Governo, esta reforma é inaceitável, é baseada em argumentos economicistas falsos, esta reforma ignora a história, a tradição, a cultura e o bem-estar das populações.

Assim, perante o exposto e porque esta reforma:

- centraliza;
- limita fortemente a democracia de proximidade;

Freguesia de Campo

Rua da Defesa n.º 2, S. Marcos do Campo, 7200-072 Campo R.MZ.



Assembleia de Freguesia de Campo

- elimina e reduz serviços prestados às populações;
- contribuirá, ainda mais, para o despovoamento e desertificação dos territórios;
- dificulta o acesso das populações, a serviços básicos, quer ao nível da mobilidade quer a outros níveis.

E considerando que:

- as freguesias prestam um serviço importante no dia-a-dia às populações;
- que a condição de igualdade jurídica e política advém da existência de serviço de proximidade dos cidadãos;
- e que a extinção de freguesias coloca em risco a oportunidade de uma cidadania política participada.

Pelo exposto, a Assembleia de Freguesia de Campo deliberou por unanimidade:

- Emitir parecer negativo à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias no âmbito da citada Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, rejeitando a extinção ou a agregação da Freguesia de Campo;
- Rejeitar a extinção de qualquer freguesia do Concelho de Reguengos de Monsaraz, bem como à sua agregação;
- Enviar o presente parecer à Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, à Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Presidente da Assembleia da República, ao Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e ao Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa.

S. Marcos do Campo, 15 de julho de 2012.

O Presidente da Assembleia de Freguesia de Campo,

José Tacão Rosado



Freguesia de Corval Assembleia de Freguesia

Parecer da Assembleia de Freguesia de Corval sobre a Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica.

Nos termos da Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio e do seu artigo 11º, as Assembleias Municipais devem deliberar sobre a aplicação da legislação ao respetivo território, num ato designado por pronúncia da Assembleia Municipal.

Para este efeito a Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz solicitou a esta Assembleia de Freguesia de Corval através do seu ofício ref.ª n.º 2874 datado de 26/06/2012 a emissão de parecer sobre a Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio.

Assim e de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 11º da Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio, a Assembleia de Freguesia de Corval,

Considerando que:

- A Freguesia de Corval é uma das cinco Freguesias que integra o Concelho de Reguengos de Monsaraz, sendo considerada uma das quatro freguesias rurais deste Concelho;
- A Freguesia de Corval possui uma longa história: sendo já esta freguesia referida na Visitação eclesiástica de 1534, a sua igreja conserva a influência do manuelino. Ainda no século XVII (1681) era afamada pela Romaria a Nossa Senhora do Rosário, padroeira de S. Pedro do Corval. A Freguesia de Corval foi no século XVIII, Comenda da Ordem de Cristo. Em 1839 pertence à Comarca de Elvas e em 1852 à de Monsaraz, e aquando da extinção desta última passou a pertencer à Comarca de Reguengos de Monsaraz.
- A Freguesia de Corval é composta por três aglomerados populacionais, nomeadamente S. Pedro do Corval (sede de freguesia), St. António do Baldio e Carrapatelo e ainda quase uma centena de lugares isolados (montes) que se dispersam em toda a sua área geográfica;



Freguesia de Corval Assembleia de Freguesia

- A Freguesia de Corval, conta de acordo com os Censos de 2011 com 1391 habitantes, quase o dobro da população de qualquer outra freguesia rural deste Concelho e possui uma área de 98,2 Km²;

- A Freguesia de Corval em comparação com as restantes freguesias rurais é em termos de evolução da população a que perdeu menos população comparando os Censos de 2001 e os Censos de 2011. Em termos percentuais perdeu pouco mais de 10%, enquanto os valores das restantes freguesias rurais rondam os 20%.

| Freguesia | População em 2001 | População em 2011 | Evolução em percentagem |
|-----------|-------------------|-------------------|-------------------------|
| Campo | 840 | 688 | -18% |
| Corval | 1578 | 1391 | -12% |
| Monsaraz | 977 | 781 | -20% |
| Campinho | 917 | 712 | -22% |

Fonte: INE

- A Freguesia de Corval possui em toda a sua área geográfica as mais diversas infraestruturas de apoio aos seus fregueses, nomeadamente:

- Escola Primária e Jardim de Infância;
- Dois Postos médicos;
- Dois centros de dia com a vertente de lares de 3.ª Idade;
- Um "Espaço Internet" com acesso gratuito;
- Um parque desportivo com relvado sintético, campo de futebol de 7 e um campo de futebol onze;
- Um Polidesportivo;
- 3 Salas de espetáculos;
- Um recinto multiusos ao ar livre;
- Dois parques Infantis;



Freguesia de Corval Assembleia de Freguesia

- Um jardim público;
- Posto de CTT (a funcionar no edifício da Junta de Freguesia de Corval);
- Uma instituição Bancária;
- ATM;
- Supermercados, mercearias, padarias;
- 3 salões de cabeleiros;
- Inúmeros cafés, restaurantes e casa de hóspedes;
- Uma Rádio Local;
- Duas Casas Mortuárias e respetivos cemitérios;
- Inúmeros espaços verdes e de lazer;
- Uma farmácia;
- Rede de transportes públicos;
- Praça de Táxis;
- Um museu;
- Três Igrejas Matrizes;
- Duas Ermidas, uma das quais classificada como Monumento de Interesse Público.

- A Freguesia de Corval acolhe o Maior Centro Oleiro do País (S. Pedro do Corval) com 23 Olarias em plena atividade, demonstrando assim a sua capacidade dinâmica e empreendedora;

- A Olaria potencia projetos de cooperação internacionais como é o caso da Festa Ibérica da Olaria e do Barro em colaboração com o Ajuntamento de Salvatierra de los Barros (Espanha), que transforma bianualmente S. Pedro do Corval na Capital Ibéria da Olaria e do Barro;

- Para além da Olaria, a Freguesia de Corval acolhe também outras atividades económicas, como a produção de vinho, azeite, pão, queijos e mel, bem como atividades de serralharia, carpintaria, construção civil, produções audiovisuais, produções multimédia, inúmeras atividades agrícolas entre as quais agricultura biológica.



Freguesia de Corval

Assembleia de Freguesia

- A Freguesia de Corval devido á sua capacidade de investimento e dinâmica económica, regista baixa taxa de desemprego, sendo inclusive um polo acolhedor de trabalhadores de outras freguesias contiguas.
- A Freguesia de Corval é a freguesia rural do Concelho de Reguengos de Monsaraz que possui mais associações (**16 associações**), o que bem representa a dinâmica cultural, desportiva e recreativa desta Freguesia. As associações incluem as mais diversas áreas como o desporto (futebol, columbofilia, atletismo, Btt, caça), as atividades culturais e recreativas (Casa de Cultura, Banda Filarmónica, Escola de Música, Coro Polifónico, Rádio, Sociedades Recreativas e Culturais), a solidariedade (Dadores de Sangue, Associações de Apoio Social) e o associativismo juvenil (várias Associações Juvenis).
- A Freguesia de Corval possui ótimas vias de comunicação, sendo atravessada por duas estradas nacionais a EN-255 e a EN-256. A ligação entre as 3 localidades que integram a freguesia à sede de concelho e às freguesias limítrofes, foram alvo de recentes melhorias de valor avultado, como o caso da EM 514 (Reguengos de Monsaraz- S. Pedro do Corval-Monsaraz), do Caminho Municipal 1124- 2 (Carrapatelo) e Caminho Municipal 1124 (St. António do Baldio), obras concluídas nos últimos 8 anos.
- A Freguesia de Corval apesar dos seus poucos recursos económicos que gere com rigor, eficiência, responsabilidade e transparência prevê num futuro próximo investimentos de elevado valor em conjunto com o Município de Reguengos de Monsaraz, nomeadamente:
 - a) Construção de um novo posto médico em St. António do Baldio, Cofinanciado pelo INALENTEJO;
 - b) Construção de uma nova casa mortuária em S. Pedro do Corval;
 - c) Requalificação da Praça Dr. Manuel Fialho Recto em S. Pedro do Corval;
 - d) Construção do Centro Interpretativo da Olaria e do Barro.



Freguesia de Corval

Assembleia de Freguesia

- A Freguesia de Corval presta um serviço de proximidade e de agregação à sua população, funcionando no edifício sede da Junta de Freguesia o Posto de Correios através de um protocolo assinado com os CTT, permitindo assim que a população da freguesia tenha ao seu dispor este serviço que de outra forma não seria possível prestar, evitando a deslocação da população para a sede de Concelho;
- A Freguesia de Corval adaptou-se ao longo dos últimos anos em termos de pessoal e de equipamentos, para fazer face às suas competências e atribuições e principalmente à resolução dos problemas da população e ao cumprimento dos protocolos existentes e serviços prestados;
- Na Freguesia de Corval a população é predominantemente envelhecida e com pouca mobilidade, pelo que se depara com uma necessidade acrescida no apoio aos seus fregueses, pois:
 - Na Junta de Freguesia é onde se encontra o apoio que toda a população necessita porque, na maior parte dos casos, os familiares estão longe e é aqui que encontram o seu porto de abrigo;
 - À Junta de Freguesia é onde alguns dos mais idosos se dirigem para receber a sua pensão, ou onde se dirigem quando têm algum assunto que não entendem e que os preocupa;
 - À Junta de Freguesia é que se dirigem quando necessitam de marcar os seus exames ou consultas médicas;
 - À Junta de Freguesia é que vão quando têm que cumprir obrigações relativas a assuntos fiscais.
 - À Junta de Freguesia é que se dirigem para efetuarem o pagamento da eletricidade, da água, do telefone, dos impostos, de seguros, é onde enviam e recebem a sua correspondência postal;
- A agregação ou extinção das freguesias em nada contribuirá para a redução da despesa pública, mas sim irá deteriorar a qualidade e proximidade dos serviços prestados pela freguesia à população, a coesão territorial, bem como a nossa história e identidade;



Freguesia de Corval

Assembleia de Freguesia

- As freguesias têm um papel fundamental no desenvolvimento local e representam a primeira unidade de contatos dos cidadãos ao Estado;
- As competências e atribuições próprias dos órgãos das freguesias não estão claras, pois serão ainda definidas em diploma próprio;
- Os eleitos desta assembleia de freguesia não se consideram mandatados para agregar ou extinguir freguesias;

Concluímos, que a nossa Freguesia de Corval é Única e que possui um importante valor histórico, cultural e patrimonial; que possui equipamentos e serviços de relevância para as populações; que possui um associativismo muito dinâmico e ativo; que possui uma população forte, coesa e determinada.

Assim,

A Assembleia de Freguesia de Corval reunida em sessão extraordinária de 21 de Julho deliberou por maioria:

Atribuir parecer negativo e rejeitar frontalmente a extinção ou agregação da Freguesia de Corval.

A Assembleia de Freguesia de Corval

Amândio Pereira
Nal. José N. L. P.
N. L. S. S.
E. L. L. L. L.
H. L. L. L. L.
A. L. L. L. L.
A. L. L. L. L.
A. L. L. L. L.



FREGUESIA DE MONSARAZ

DOC. 11

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA

PARECER

APROVADO POR UNANIMIDADE EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MONSARAZ REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2012

Não à agregação da Freguesia de Monsaraz

Face à publicação da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que veio estabelecer os parâmetros da reforma administrativa do território das freguesias obrigando a uma diminuição de cinco freguesias do concelho de Reguengos de Monsaraz para quatro, a Assembleia de Freguesia de Monsaraz vem, nos termos do n.º 4, do artigo 11.º da referida Lei, emitir o presente Parecer.

Neste Parecer, a Assembleia de Freguesia de Monsaraz indicará os motivos históricos, culturais e sociais que afastam esta freguesia da agregação de freguesias referida na mencionada Lei.

Desde logo, a Freguesia de Monsaraz é o berço do concelho de Reguengos de Monsaraz, onde este Município esteve sediado até meados do século XIX.

A Freguesia de Monsaraz é constituída por seis aglomerados populacionais: Motrinos, Barrada, Outeiro, Telheiro, Ferragudo e a histórica vila de Monsaraz, em mais de 90Km2 de área, onde habitam cerca de 800 habitantes.

A maioria da população da freguesia de Monsaraz é idosa, o que significa que, carece mais que qualquer outra faixa etária de serviço autárquico de proximidade, conforme vem sendo efetuado por esta Junta de Freguesia ao longo dos anos.

Para além da Junta de Freguesia de Monsaraz permitir que os idosos não se tenham de deslocar à sede de concelho para receber a sua reforma, permiti também a esta população a deslocação gratuita para as unidades de saúde familiar; igualmente, permite à restante população usufruir de diversos serviços, nomeadamente, serviços CTT, Payshop, Licenças de canídeos, assuntos relacionados com o cemitério, apoio ao turismo, transporte escolar, apoio a todas as atividades desportivas, culturais e sociais que são desenvolvidas nesta Freguesia, bem como a ligação que esta Junta de Freguesia faz entre a população local e outras entidades da administração pública a nível nacional e municipal.



FREGUESIA DE MONSARAZ

Atualmente, a Freguesia de Monsaraz é em termos de importância histórica e turística, um dos principais pontos de atração de todo o Alentejo, onde se registaram só no ano de 2011, cerca de 200 mil entradas em monumentos, onde decorrem ao longo do ano atividades que ajudam a estimular a economia do concelho, e onde se situam cerca de 50% do conjunto de unidades hoteleiras do concelho de Reguengos de Monsaraz.

Monsaraz, é nos dias de hoje um local de visibilidade mundial quer através da forte promoção turística que vai sendo efetuada no mercado internacional, quer através da procura constante que existe sobre este local por parte dos *media* e também de diversas entidades de praticamente todo o mundo que procuram utilizar Monsaraz como imagem, quer para campanhas de marketing, quer para outros fins. Este fato, aumenta a responsabilidade autárquica sobre este sítio, uma vez que os cuidados com o Património, e com a sua manutenção requer uma atenção diária, constante e de proximidade, visto que a sede do Município se encontra situada a cerca de 20Km de distância.

Todos estes motivos conjugados com o índice de desenvolvimento económico/turístico perpetivado para os próximos anos na envolvente de Monsaraz e em território da freguesia, levam-nos a afirmar que seria uma enorme irresponsabilidade para qualquer Governo agregar ou extinguir esta freguesia.

Posto isto, a Assembleia de Freguesia de Monsaraz diz Não à agregação da Freguesia de Monsaraz; outrossim, pela forma como o Concelho de Reguengos de Monsaraz se encontra bem estruturado, com índices de desenvolvimento notáveis a nível regional, com um elo de ligação muito forte entre as Autarquias, que permite a criação de dinâmicas que nos têm conduzido ao sucesso nos últimos trinta e oito anos de poder democrático em Portugal, é de todo censurável e retrógada pensar na amputação desta orgânica.

Monsaraz, 10 de Julho de 2012.

O Presidente da Assembleia de Freguesia,


Nuno Isidoro de Ambrósio Pinto

ASSEMBLEIA FREGUESIA DE REGUENGOS DE MONSARAZ

REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTARQUICA

PARECER

APROVADO POR MAIORIA EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE REGUENGOS DE MONSARAZ REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2012

Face à publicação da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio que veio estabelecer os parâmetros da reforma administrativa do território das freguesias, a Assembleia de Freguesia de Reguengos de Monsaraz vem, nos termos do artigo 11.º, n.º 4 da referida Lei, emitir o presente Parecer que deverá ser ponderado pela Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz.

Analisando o caso concreto da Freguesia de Reguengos de Monsaraz, a Lei n.º 22/2012 de 30 de maio permite a manutenção desta Freguesia, porque não se enquadra nos parâmetros de agregação do artigo 6.º, n.º 1, alínea c), ou seja como só existe uma freguesia em lugar urbano com um número maior ou igual a 2000 habitantes, ela mantém-se.

No entanto, mais do que **critérios aritméticos**, importa referir o contexto histórico (existindo desde 1752) e o papel social que a Freguesia de Reguengos de Monsaraz desempenha, e que para nós é fundamental.

Por esta ser uma Freguesia que para além de Reguengos de Monsaraz, engloba as localidades de Caridade, Perolivas/Gafanhoeiras, **sabemos quais são as preocupações das freguesias** que são denominadas na Lei como lugares não urbanos.

§

No que concerne ao contexto do nosso Concelho de Reguengos de Monsaraz, esta Lei prevê que 25% das freguesias de lugares não urbanos com um número menor que 2000 habitantes, sejam reduzidas, pelo que uma das nossas quatro Freguesias rurais terá que ser obrigatoriamente agregada a outra. Esta é uma situação com a qual não concordamos porque reconhecemos que as Freguesias assumem um papel **interventivo** e de **proximidade** junto das populações, representando-as e sendo o interlocutor das suas preocupações e insatisfações.

¶

Defendemos que **a população deveria ter sido ouvida**, porque é de pessoas que se trata quando falamos de Freguesias.

Lamentamos que o ordenamento do território **não** tenha sido feito estudando o meio e as realidades locais, **tendo em conta as especificidades de cada Freguesia**.

O **serviço de proximidade**, personificado na pessoa do Presidente da Junta não deveria ter sido desprezado.

É de lamentar que mais uma vez se promovam políticas que **acentuem a desertificação das aldeias**, dado que como todos nós sabemos a concentração de serviços conduz a uma mobilização da população para junto de novos polos habitacionais e que consequentemente desertificam os que não beneficiam dessas políticas.

Existe uma **identidade territorial** desde há séculos que não pode ser ignorada, sob pena das populações perderem referências históricas das suas gentes.

Concluindo, não estamos de acordo com esta Lei que promove a extinção de Freguesias, através da denominada "AGREGAÇÃO" de Freguesias, que no fundo nada mais é do que extingui-las. Consideramos que as Freguesias do Concelho de Reguengos de Monsaraz estão todas perfeitamente **estabilizadas e harmonizadas em termos territoriais e administrativos**, não sendo necessária qualquer modificação.

Reguengos de Monsaraz, 31 de Julho de 2012

O Presidente da Assembleia de Freguesia,



Sérgio Manuel Vicente Fama Lucena